

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 072

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 17 DE JUNHO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 06: Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 07: Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 055ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
17 DE JUNHO DE 1999**
(quinta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppino, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO Nº 249/99 - G.P.

Curitiba, em 16.06.99.

Senhor Presidente.

Encaminho para apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que altera a Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998, que criou o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS, ficando, conseqüentemente prejudicada a tramitação do projeto de lei nº 460/98, o que foi encaminhado pelo Ofício nº 655/98 - GP, em 18 de novembro de 1998.

Dada a relevância da matéria, solicito que a mesma tramite em regime de urgência.

Valho-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 17.06.99.

(a) SYDNEY DITTRICH ZAPPA

SUBSTITUTIVO AO ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O Artigo 3º, da Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 3º...

(...)

VII - 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor do título do imóvel ou da obrigação nos atos praticados pelos cartórios de protestos de títulos, registros de imóveis e Tabelionatos, observando-se que:

a) os atos que venham a ser praticados pelos ofícios anteriormente referidos não estão sujeitos ao recolhimento cumulativo;

b) não estão sujeitos ao pagamento:

1 - os atos relativos aos registros das cédulas de crédito rural, os contratos de penhor rural e demais títulos representativos de produtos rurais;

2 - os atos relativos às cédulas de crédito comercial e industrial;

3 - os loteamentos urbanos e rurais;

4 - os atos de cancelamento ou baixa de pacto comissório, hipoteca, penhoras e outras garantias;

5 - os atos que dividirem imóveis ou os demarcarem, inclusive nos casos de incorporação que resultarem em constituição de condomínio e atribuírem uma ou mais unidades aos incorporadores;

6 - as convenções antenupciais;

7 - os atos referentes ao usufruto e ao uso sobre imóveis e sobre habitação, quando não resultarem de direito de família, desde que os bens não ultrapassem o valor de R\$40.000,00 (quarenta mil reais);

8 - os registros dos formais de partilha;

9 - os atos sem valores declarados;

10 - os atos lavrados com os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita e nos termos da Lei nº 1.060/50;

11 - os atos acessórios quando da prática de dois ou mais atos concomitantes, no mesmo procedimento;

12 - as entidades civis sem fins lucrativos, reconhecidas de utilidade pública e inscritas no cadastro de entidades sociais do Paraná;

13 - as novações e as renovações das hipotecas legais, judiciais e convencionais, se realizadas no mesmo exercício financeiro;

14 - os atos cartoriais relativos a imóveis urbanos, com área construída de até 70 m² (setenta metros quadrados), destinados à moradia própria ou à constituição de bens de família;

15 - o imóvel comprovadamente destinado à residência do funcionário público;

16 - a renovação dos contratos de locação de imóveis, nos quais tenha sido consignada cláusula de vigência no caso de alienação;

17 - os atos comprovadamente isentos do ITBI (Imposto sobre Transmissão "inter vivos" de bens imóveis, por ato oneroso) ou do ITCMD (Imposto sobre Transmissão de "causa mortis" e doação de qualquer bens ou direitos);

VIII - 80% (oitenta por cento) das custas decorrentes dos atos dos Tribunais de Justiça e Alçada, fixadas no Regimento de Custas;

(...)

XX - as custas decorrentes da aplicação do Artigo 51, § 2º, do Artigo 54, parágrafo único e do Artigo 55, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 9099, de 26 de setembro de 1995;

(...)

XXIV - o produto da arrecadação das custas decorrentes dos atos dos Secretários dos Tribunais de Justiça e Alçada.

(...)

§ 3º - Será de R\$2,50 (dois reais e cinquenta centavos) o valor a ser recolhido ao FUNREJUS, por ato praticado nos Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

§ 4º - Para as hipóteses previstas no inciso VII, do Artigo 3º, da lei 12.216/98, será considerado como base de cálculo o valor atribuído pelo órgão fiscalizador competente para a arrecadação do imposto incidente (ITBI e ITCMD).

Art. 2º - O recolhimento do percentual de 0,2% (zero vírgula dois por cento), previsto no inciso VII, do Artigo 3º, da Lei nº 12.216/98, não excederá o valor máximo das custas que forem cobradas, no respectivo ofício, de acordo com o Regimento de Custas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

O presente Anteprojeto de Lei, que é encaminhado a essa augusta Assembléia Legislativa, em substituição ao anteprojeto de lei remetido pelo Ofício nº 655/98, de 18 de novembro de 1998, objetiva explicitar os atos que não estão sujeitos ao pagamento previsto no Art. 3º, inciso VII, da Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998.

Esta iniciativa visa impedir a duplicidade de pagamento dos encargos, previstos na Lei nº 12.216/98, bem como, dispensar de pagamento os atos inerentes às cédulas de crédito rural, comercial e industrial; loteamentos urbanos e rurais; os cancelamentos ou baixa de garantias reais; atos que dividirem ou demarcarem imóveis, inclusive incorporações; as convenções antenupciais, atos referentes a direitos de família, até o valor de R\$40.000,00 (quarenta mil reais); os registros de formais de partilha; atos sem valor declarado; os atos lavrados com os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita; os atos acessórios, quando concomitantes ao principal; entidades civis sem fins lucrativos cadastrados no Estado do Paraná; as novações ou renovações de hipotecas realizadas no mesmo exercício financeiro; os imóveis urbanos com áreas construída de até 70 m² (setenta metros quadrados), entre outros elencados.

No intuito de não onerar em demasia as partes que se utilizam dos atos praticados nos ofícios extrajudiciais, cumpre destacar que o Artigo 2º desta, estabelece o limite máximo de recolhimento ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS.

OFÍCIO Nº 250/99 - G.P.

Curitiba, em 16.06.99.

Senhor Presidente.

Encaminho para apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre as Tabelas I, II, III, VII, IX e X do Regimento de Custas dos Atos Judiciais, ficando, conseqüentemente, prejudicada a tramitação do Projeto de Lei nº 460/98, o que foi encaminhado pelo Ofício nº 655/98 -GP, em 18 de novembro de 1998.

Dada a relevância da matéria, solicito que a mesma tramite em regime de urgência.

Valho-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 17.06.99.

(a) SYDNEY DITTRICH ZAPPA

SUBSTITUTIVO AO ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - As custas processuais, nos Juizados Especiais Cíveis, conforme estabelecem o Artigo 51, § 2º, o Artigo 54, Parágrafo Único e o Artigo 55, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, são devidas nas seguintes hipóteses:

I - no preparo do recurso inominado, que compreenderá todas as despesas, inclusive as dispensadas em primeiro grau;

II - na extinção do processo motivada pelo não comparecimento do autor;

III - quando reconhecida a litigância de má-fé, tanto no processo de conhecimento quanto no de execução;

IV - quando os embargos do devedor forem julgados improcedentes;

V - quando se tratar de execução de sentença que tenha sido objeto de recurso desprovido do devedor.

Art. 2º - As custas processuais, nos Juizados Especiais Criminais, são devidas nas hipóteses:

I - de descumprimento da composição civil;

II - de decisão condenatória;

Art. 3º - As custas processuais estabelecidas no Artigo 1º, inciso I, serão depositadas em caderneta de poupança à disposição do Juízo.

§ 1º - Se provido o recurso, após o trânsito em julgado da decisão, será devolvido ao recorrente o valor que lhe couber.

§ 2º - Se desprovido ou não conhecido, uma vez transitada em julgado a decisão, o valor deverá ser transferido, desde logo, mediante guia, para a conta do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS.

Art. 4º - As custas processuais, previstas nos incisos II, III, IV e V, do Artigo 1º e incisos I e II, do Artigo 2º, bem como as custas recursais nos Juizados Especiais, serão recolhidas por ocasião do preparo, ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS.

Art. 5º - As custas processuais nos Juizados Especiais Cíveis serão calculadas no percentual de 50% (cinquenta por cento) dos valores estipulados na Tabela IX, item XIX, do Regimento de Custas.

Art. 6º - As custas processuais nos Juizados Especiais Criminais serão calculadas no percentual de 50% (cinquenta por cento) dos valores estipulados na Tabela X, item III, letra "a", do Regimento de Custas.

Art. 7º - Os encargos decorrentes da transcrição de gravação de fita magnética serão cobrados em valor igual ao constante na letra "a", do item XVIII, da Tabela IX, do Regimento de Custas.

Art. 8º - As Tabelas II, III e VII, do Regimento de Custas dos Atos Judiciais, referidas no Art. 49, da Lei nº 6.149, de 9 de setembro de 1970, ficam restabelecidas e passam a vigorar conforme anexo.

Art. 9º - As tabelas I, IX e X, do Regimento de Custas dos Atos Judiciais, a que se refere o Artigo 49, da Lei nº 6149, de 9 de setembro de 1970, atualizadas pela Lei nº 11.960, de 19 de dezembro de 1997, passam a vigorar conforme anexo.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO

TABELA I

DOS ATOS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA E ALÇADA SECRETARIAS

	R\$
I - Recursos interpostos para o Tribunal de Justiça ou de Alçada e para os Tribunais Superiores	25,00
II - Reclamações, Correições Parciais e Conflitos de Competência.....	25,00
III - Mandado de Segurança.....	25,00
IV - Ação rescisória - 4% (quatro por cento) sobre o valor da causa:	
mínimo.....	13,00
máximo.....	60,00
V - Deserção.....	25,00
VI - Alvarás, Ofícios, Editais e Translados:	
a) uma folha.....	2,00
b) por folha que exceder.....	1,00
VII - Cartão Precatória, Carta de Ordem, Carta Rogatória e Carta de Sentença.....	15,00

OBS.: a este valor será acrescentado o montante necessário para o porte postal devido para a devolução.

NOTA 1 - Nos demais processos originários e nos casos omissos, serão cobradas as mesmas custas fixadas para a primeira instância.

NOTA 2 - Da arrecadação serão destinados 80% (oitenta por cento) ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS e 20% (vinte por cento) à carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário.

TABELA II

**ATOS DOS TRIBUNAIS DE
JUSTIÇA E ALÇADA
SECRETÁRIOS**

R\$

I - Certidões:

a) Pela primeira folha..... 2,00

b) Por folha que exceder..... 1,00

II - Registros de diplomas de bacharéis
ou cartas de doutores em direito..... 10,00III - Autenticação de cópias reprográfi-
cas ou similares extraídas de processos
arquivados ou em andamento na Secre-
taria 0,20

NOTA: A arrecadação total será recolhida ao
Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário -
FUNREJUS.

TABELA III

**ATOS DA PROCURADORIA
GERAL DA JUSTIÇA
SECRETÁRIO -**

R\$

I - Certidões:

a) Pela primeira folha..... 2,00

b) Por folha que exceder..... 1,00

II - Autenticação de cópias reprográficas
extraídas de processos arquivados ou em
andamento na Secretaria 0,20

NOTA: A arrecadação total será recolhida ao
Fundo Especial do Ministério Público do Estado do
Paraná - FUEMP/PR.

TABELA VII

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO PARANÁ**

R\$

I - Ao Ministério Público Estadual, nos
feitos em que intervém, inclusive notari-
ais e registrais: 2,50

NOTA: A arrecadação total será recolhida ao
Fundo Especial do Ministério Público do Estado do
Paraná - FUEMP/PR.

TABELA IX

**ATOS DOS ESCRIVÃES DO CÍVEL,
DA FAMÍLIA, DA FAZENDA E ATOS**

DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

(..)

XVIII - ...

a) ...

(..)

NOTA: Os encargos decorrentes da tran-
scrição de gravação de fita magnética nos Juizados
Especiais, serão cobrados conforme o item XVIII,
letra "a".

XIX - ...

(..)

NOTA 8: As custas processuais nos Juizados
Especiais Cíveis correspondem a 50% (cinquenta
por cento) dos valores apontados neste item e a sua
arrecadação será recolhida ao Fundo de Reequipa-
mento do Poder Judiciário - FUNREJUS.

TABELA X

**ATOS DOS EXCRIVÃES DO CRIME E
ATOS DOS JUIZADOS ESPECIAIS
CRIMINAIS**

(..)

III - Processos em espécie:

a) ...

(..)

NOTA: As custas processuais nos Juizados
Especiais Criminais correspondem a 50%
(cinquenta por cento) dos valores apontados no
item III, letra "a" e a sua arrecadação será recolhida
ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário -
FUNREJUS.

JUSTIFICATIVA:

O ingresso ao Juizado Especial independe do
pagamento de custas, taxas ou despesas, visando
facilitar o acesso à Justiça em primeira instância.
Para facilitação deste acesso à Justiça, o Poder
Judiciário custeia as despesas de manutenção do
referido órgão.

Assim o cidadão comum, desprovido de
capacidade econômica, para propor ação nos Juiza-
dos Especiais, é isento de qualquer desembolso;
entretanto, a gratuidade estabelecida pela Lei Fed-
eral nº 9.099/95, cessa com a prolação da sentença.

Há estudos que indicam que, aproxima-
mente, 90% das sentenças de primeiro grau são con-
firmadas pelos Tribunais, o que pode significar
serem os recursos, na maioria das vezes, meramente
protelatórios.

Considerando o que a Lei Federal nº 9.099/95 disciplina em que situações incidirão custas processuais nos Juizados Especiais;

Considerando que há necessidade de se estabelecer, com urgência, o "quantum" devido nesses casos, ante as situações concretas que estão a ocorrer em todo o Estado;

Considerando que cabe ao Poder Legislativo Estadual disciplinar esses valores, na forma do artigo 150, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil;

Considerando a necessidade das custas processuais serem reduzidas nos Juizados Especiais (art. 87, da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995),

Pretende-se, com este anteprojeto, a cobrança de custas nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, objetivando o desestímulo aos recursos protelatórios, incentivando o término da demanda em primeira instância.

As custas dos recursos nos Juizados Especiais são depositados em conta especial e serão integralmente devolvidas ao recorrente, caso seja vencedor perante a Turma Recursal. Só aqueles recorrentes que perderem a demanda, em fase recursal, responderão pelo pagamento das despesas que serão revertidas a favor do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS.

As demais hipóteses de custas referem-se a casos de má-fé processual, que necessitam ser coibidos.

Nos Juizados Criminais, propõe-se a cobrança de custas apenas nos casos de sentença condenatória e de descumprimento de acordo civil.

Por derradeiro, convém acrescentar que o Regimento de Custas dos Atos Judiciais, em sua Tabela I, na parte referente aos Atos dos Tribunais de Justiça e Alçada, estabelece valores irrisórios para a interposição de recursos.

Por exemplo:

Atualmente, na interposição de um recurso para o Tribunal de Justiça ou para o Tribunal de Alçada, é recolhido, a título de custas, o valor simbólico de R\$3,75 (três reais e setenta e cinco centavos).

Este anteprojeto de lei propõe a revisão na base de cálculo estabelecida na referida Tabela, cujos recursos serão destinados ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS (80%) e à Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário (20%).

O Ministério Público, pelo seu ilustre Procurador Geral da Justiça, propôs os valores consignados nas Tabelas III e VII, cuja arrecadação será integralmente destinada ao Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná - FUEMP/PR, que também são submetidas à apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa.

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1335

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUEREM regime de urgência para o Projeto de Lei nº 297/99, que autoriza o Poder Executivo a implantar o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos trabalhadores em Educação da Rede Estadual de Ensino Público do Estado do Paraná, em tramitação nesta Casa de Leis.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.06.99.

(aa) DUÍLIO GENARI, VALDIR ROSSONI, ANTONIO BARATTER, ALGACI TULIO, JOSÉ MARIA FERREIRA, ANTONIO ANNIBELLI, PÉRICLES MELLO, HERMES FONSECA, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, AUGUSTINHO ZUCCHI, BASÍLIO ZANUSSO, ÂNGELO VANHONI, CAÍTO QUINTANA, WALDYR PUGLIESI, LUIZ ACCORSI, ÉLIO RUSCH, NELSON JUSTUS, DURVAL AMARAL, MARCOS ISFER, RICARDO MAIA, ADEMIR BIER, CESAR SELEME, NEREU MOURA, EDSON STRAPASSON, TONY GARCIA, SERAFINA CARILHO, EDSON PRACZYK, ORLANDO PESSUTI, IRINEU COLOMBO

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 337/99

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância desembargador Lauro Lima Lopes, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.06.99.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Desembargador Lauro Lima Lopes, fundada em 21 de março de 1.995, com o objetivo de proteção e a assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, bem-estar e atendimento das necessidades da criança e da gestante.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Nesta reunião, nesta assembléia de quinta-feira, quase sempre destinada a discussão de problemas do nosso Estado, até por ser sessão matinal a pauta de votação é quase sempre prejudicada, nós temos a satisfação de no dia de hoje receber, sob a coordenação da APP Sindicato, os professores e funcionários de educação do Estado do Paraná.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Solicito aos nossos nobres visitantes que façam os aplausos, que se dediquem a ouvirem os nossos oradores, mas, por favor, não assobiem.

Quero dizer a vocês que estamos recebendo vocês com a máxima alegria e satisfação, respeitando-os. Agora, se vocês não se comportarem como os do Grito da Terra que ontem vieram aqui, assistiram com calma e com tranquilidade, ouviram os oradores, eu vou suspender a sessão.

(Aplausos)

O SR. CAÍTO QUINTANA

Digo satisfação, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, porque acho que a essência da afirmação, no nosso País, da democracia e da conquista de direitos e de deveres é de nós termos uma ampla discussão com a sociedade sobre os problemas que afligem as mais variadas categorias de cidadãos do nosso Estado do Paraná.

Não há porque temermos a presença de manifestação de professores, até porque o professor é uma qualificação profissional acostumada a assembléia. Uma sala de aula é uma assembléia, o comportamento diferenciado de cada aluno é uma assembléia, a sua capacidade de poder conduzir no dia-a-dia uma sessão plenária de uma sala de aula o faz ter a certeza de que a discussão, o diálogo, a audiência é o melhor caminho para encontrar soluções.

No dia de hoje o professor do Paraná, como vários segmentos no País inteiro e no nosso Estado, busca a ampliação do fortalecimento da educação, da qualificação profissional da possibilidade de ensinar. Nenhum de nós, pais ou não, com alunos na escola ou não, deve negar apoio àqueles que têm como obrigação principal e desejo maior dar a orientação que se pede ao filho do Estado do Paraná.

Todas as plataformas de Governo têm a educação no nível 1 em todas as horas que se busca o voto popular para subir ao Governo, nem todos, no entanto, têm a visão da aplicação desta plataforma de prioridade na execução das políticas básicas de Governo. Todos nós temos conhecimento, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, que nem sempre é possível o atendimento de tudo que pede um segmento do funcionalismo público. Mas, nenhum de nós pode negar diálogo para conhecer as dificuldades daqueles que lá na ponta, lá no banco da história estão a ministrar o ensino que o filho dos paranaenses necessita.

Por esta razão é que no dia de hoje, esta Assembléia Legislativa deve conhecer quais as angústias do professor e dos funcionários da educação quando vêm aqui para uma única coisa: pedir apoio dos parlamentares ao Projeto de Lei 297/99 que autoriza o Poder Executivo a implantar o Plano de Cargo e Salários dos trabalhadores em Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná.

E, para isso nada melhor do que começar esta discussão, este debate, ouvindo o que nos diz a categoria, e, para isso, encaminhamos anteontem ao Presidente Anibal Khury que gentilmente deferiu e aqui, para podermos encarar esta discussão num clima realmente democrático gostaria de chamar a atenção dos presentes, que a Assembléia iniciou os seus trabalhos, por deferência da Mesa, sem quórum para começar, porque afinal esta é uma Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa.

E, ao encaminhar este Requerimento ao Presidente Anibal Khury, de pronto ele deferiu para que a APP - Sindicato pudesse vir aqui fazer a sua explicação aos Parlamentares do porquê defende este seu Projeto de Plano de Cargos e Salários e não o Projeto do Executivo que está aqui, porquê este representa melhor os desejos da categoria. E, teremos que votar conscientes naquilo que é melhor para a educação do Estado do Paraná e para isso gostaria de convidar o Professor Romeu, Presidente da APP, para fazer uso da Tribuna e expor aos Parlamentares aquilo que a APP pensa e na sequência continuaremos o debate que é fundamental ao ensino do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Concedo a palavra ao Professor Romeu.

O SR. PROFESSOR ROMEU

Senhor Presidente Anibal Khury, muito obrigado mais uma vez por abrir o espaço no cerimonial desta Assembléia para que a voz dos professores e funcionários possa vir para dentro desta Casa.

Senhores Deputados da Situação e da Oposição, também agradecemos a compreensão de

todos independente de partidos. Com todos que falei, prontamente acolheram o pedido para que pudéssemos estar aqui hoje, não só estes poucos que estão aqui dentro porque lá fora temos dez vezes mais, e todos os Deputados foram muito solícitos ao nosso apelo. E, acima de tudo, os companheiros de tantas jornadas, professores e funcionários de escola.

Há um ano atrás, Deputados, entregávamos nesta Casa o nosso Plano de Cargos e eu disse naquela oportunidade: "Cuidem bem dele, é a nossa alma que aqui estamos entregando para vocês". E não era apenas uma figura de retórica, era um sentimento verdadeiro, é a nossa alma que está ali dentro e a nossa alma dorme em alguma gaveta aqui.

Hoje portanto viemos pedir, e viemos de todos os lugares. Viemos de Beltrão, de Paranavaí, de Londrina, Foz, Cascavel, Curitiba, Barra do Jacaré, Missal, Rolândia, Cambé, de todos os cantos do Paraná, hoje, onde não estejamos representados todos aqui e onde lá não esteja ocorrendo algum ato e onde os olhos não estejam voltados para essa Casa. Estou certo de que isso dignifica o parlamento. Porque o parlamento se contamina positivamente desse álibi das multidões, desse bafejo das ruas e deste salutar sentimento dos que estão dentro da sala de aula, preparando os cidadãos do futuro.

Os Senhores Deputados passaram por nossas mãos e pelas mãos de funcionários, que nos acolhiam na porta da escola, conduziam na cantina, forneciam a merenda, indicavam o livro e preparavam a aula e pelas mãos dos professores, que apesar de tanto despropósito e descaso, continuaram e continuam cumprindo o seu nobre papel. Não há papel mais nobre na sociedade senão o de ensinar e preparar os cidadãos para o futuro.

(Aplausos)

O governo passado, melhor, o presente, porque foi reeleito, através de seu Secretário da Educação, Ramiro Wahrhaftig não teve a mesma sensibilidade que os deputados dessa Casa tiveram no ano passado, quando nos ouviram. Todos os deputados, mesmo os que dão sustentação ao governo me procuraram e disseram: vocês têm razão. Porque a secretaria não age e que mande para cá um projeto para debatermos. E foi essa a nossa esperança. O Secretário da Educação Ramiro, que de escola pública não entendia nada, porque vinha de uma empresa privada, não teve essa sensibilidade que esse Parlamento teve. Ele não teve a acuidade e a sensibilidade do político, porque um técnico, foi e continuará sendo um técnico a serviço do desmonte da escola pública. No começo ele ouviu as nossas palavras, mas não encaminhou nada. Ouviu o eco de nossas vozes, aqui, há um ano atrás, mas não tomou providências concretas. Enrolou, protelou,

iludiu, prometeu, fez um calendário, que entregaria a APP no dia 30 de outubro, o projeto acabado e no dia 12 de novembro de 98 entregaria para a Assembléia Legislativa para ser debatido. Era e é tudo o que queremos! Não queremos ser a única voz da sociedade no que diz respeito à educação. O sindicato não tem essa pretensão. Queremos se ouvidos. O Secretário da educação fugiu do debate. No dia 12 de novembro viemos aqui aos milhares e ele não encaminhou o seu plano, como não encaminhou até agora a Secretaria de Educação que assumiu, Alcione Saliba, porque pouco entende da educação do Paraná e era uma funcionária de carreira do Banco Mundial. Ora o que é o Banco Mundial? É um organismo de fomento, que tem como diretriz clara os países pobres o desmonte do Estado. Portanto, é uma funcionária a serviço do Banco Mundial.

Faço essa denúncia, aqui, aos Senhores Deputados, para que tomem providências, porque agora não tivemos uma linha de avanço na escola pública, porque ela não conhecia e não conhece e quando chegar a conhecer, já será tarde. A escola pública, provavelmente, será apenas uma triste memória. O que nós queríamos e queremos? Será que muito o que nós queremos? P-C-C-S - essas quatro siglas, que dominam a boca de qualquer professor e funcionário. Queremos apenas e tão somente, que se cumpra o que diz a Lei Federal nº 94/24, aprovada em 24 de dezembro de 96 no Congresso Nacional, que estabelece que todos os Estados, municípios e o Distrito Federal terão a partir desta data seis meses para apresentar e para aprovarem um plano de cargos, carreiras e salários, de modo a assegurar a remuneração condigna, o estímulo ao trabalho em sala de aula e a melhoria da qualidade de ensino.

Quinhentos anos depois da descoberta do Brasil continuamos tendo aquilo que os portugueses, a providência que os portugueses tomaram logo que aqui puseram os pés: "Vamos impedir um ensino de qualidade porque ensinar é perigoso". Tanto que só nos anos de 1830 tivemos escola primária permitida no Brasil; quando os Estados Unidos, logo que chegaram lá os "Queikers" que ocuparam aquele País, expulsos da Inglaterra por questões religiosas, logo na chegada fundaram 13 Universidades, e nós só em 1800 tivemos direito a ter uma escola primária. E parece que essa tragédia se repete porque está ali a lei, os Deputados Federais aprovaram com o apoio dos Conselhos Estaduais de Educação, dos Secretários Estaduais de Educação, de todos os educadores, e não tomaram providências.

Queremos essa lei, portanto, aprovada no Paraná, porque o prazo já extrapolou, e muito, para que a gente possa estabelecer critérios de ingresso. Meu Deus, Deputados, não é possível que na escola pública onde os filhos do nosso povo vão ter o mel-

hor que um pai pode dar a eles que é o conhecimento, não podemos ter como garantia de ingresso a cor dos olhos, a cor da pele, ou a filiação partidária, ou o agrado do chefe imediato; temos que ter como critério o conhecimento, a titulação, a experiência. Tem condições de ensinar, entra, através de concurso; não tem, não entra. É isso que queremos. Tem condições para desempenhar a função de Secretário entra, não tem não entra; tem condições para desempenhar a função de merendeira faz-se o concurso, faz-se o teste e ingressa para que não se torne a escola pública um local sacrosanto, um curral eleitoral. Mas parece que não é nada disso que o governo quer pois há quase três anos não toma medidas nesse sentido. A atual Secretária, Alcione Saliba, repete a tragédia do Ramiro, protela, diz palavras evasivas, não colhe a experiência acumulada que tem, e ficamos mais uma vez aí à mercê.

Há poucos dias o Secretário da Educação foi condenado a devolver aos cofres públicos nove milhões de reais porque fez ingresso de profissionais na escola pública sem concurso. Pois o Paraná Educação, aprovado nesta Casa, é a mesma coisa, vai permitir que se ingresse nas escolas sem concurso, e o que já está fazendo, tragicamente, a Secretaria de Educação, tem aberto teste seletivo. E os senhores sabem o que eles estão pedindo? Nada, absolutamente nada, a pessoa chega lá, preenche um papel, apresenta alguns documentos, e aí a seleção é aleatória. Não sei como é que eles fazem, deve ser por data de nascimento porque não há critério do conhecimento, não há o critério da experiência ou da capacitação mínima. E repetir a tragédia das adejas que o Secretário Ramiro criou para contratar funcionários para as escolas é por a cabeça a prêmio porque o Tribunal de Contas mais à frente vai fazer devolver. Por isso, apelamos aqui aos Deputados que revejam, façam um movimento no sentido de que o PARANAEDUCAÇÃO seja revisto, porque ele é absolutamente inconstitucional.

Uma outra questão, muito séria, que o plano de cargos sana, os funcionários estão ganhando hoje um salário que qualquer engraxate, na Boca Maldita, aqui em Curitiba, ganha o dobro. Estes funcionários passam o mês todo com 146, 150, 170 reais e isto não dá sequer para que eles comprem uma cesta básica, quanto mais para alimentar a sua família. e muitos funcionários de escola, principalmente nas cidades grandes e médias, não conseguem ir para a escola depois do dia 10 do mês. Os professores que ganham um pouquinho melhor têm que fazer uma cotização para que a gente possa comprar vale-transporte. Ora, vale-transporte é lei, Senhores Deputados, eles têm direito, temos direito a este vale-transporte! É preciso que esta Casa chame a atenção da Secretária da Administração,

porque já pedimos, no dia 30 de março, numa reunião com a Sra. Emilia Belinatti, no Palácio, reitramos mais uma vez que dentro do que caracteriza e determina a lei, que se distribua vale-transporte para nossos funcionários e também para professores que estejam no limite.

Mais uma questão fundamental, a lei determina que os professores têm o direito a um período reservado ao preparo de suas atividades, isso foi aprovado em 96. Pusemos isso dentro do PCCS, dentro do plano cargos, que está aqui na Assembleia mas o Governo, através de seus Secretários, tanto o Ramiro quanto agora a Alcione, não quer cumprir a lei. E nós professores, exercemos, de novo, repito, um trabalho escravo, porque depois de 40 horas, dentro da sala de aula, alguns 50, outros 60, ainda temos que ir para casa, preparar provas, corrigir provas, preparar trabalhos, fazer pesquisa, atender alunos, atender pais! Isso tudo depois da dura jornada em sala de aula onde atendemos 50, 60 crianças por sala de aula!

Vou dizer algo que antes era apenas um dado empírico, hoje já é ciência, os professores do Paraná e do Brasil estão doentes, literalmente doentes! Há uma pesquisa, feita na Universidade de Brasília, coordenada pela nossa CNTE, a central onde a APP está filiada, Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação, e essa pesquisa detectou que os professores estão sofrendo de uma síndrome do burn out, isto é a síndrome da desistência, a síndrome da perda da vontade de ensinar. E nada mais grave, para um professor do que sentir que em pouquíssimo tempo de trabalho ele já está sem vontade de ensinar, porque a jornada é brutal!

Disse, um dia, lá em Francisco Beltrão, ao governador Jaime Lerner: - "Governador, o senhor tem uma ótima oportunidade de tirar um mancha que cobre o seu Estado, o senhor mantém, aqui dentro, um trabalho escravo." - "De quem?" Ele perguntou. - "Dos professores." Nenhuma outra categoria trabalha fora do seu horário, da sua jornada, de graça, só nós fazemos isso, nós professores e nós funcionários!

Já indo para o final, com isso tudo, se não há, de um lado, a vontade, a força, a condição subjetiva fundamental, de professores e funcionários para desenvolver o seu nobre trabalho, também não está havendo condições, no interior das salas de aula, e, fazendo um vôo rasante sobre toda esta tragédia a Secretaria de Educação, fiel aos mandamentos do Banco Mundial cria programas que só servem para esvaziar as salas de aula, rapidamente, como or exemplo, "a Correção de Fluxo", que é um Projeto onde um aluno de 6ª série, ele é promovido diretamente para o segundo grau, depois de um ano letivo. Da 6ª série para o 2º Grau, não há possibilidade alguma de aprendizado, mas é exatamente

isso que querem, porque esse aluno cai numa turma de 2º grau, ele não entende nada. E um aluno me disse chorando - Professor eu sequer entendo o que os professores dizem. Claro ele queimou etapas, porque um projeto funesto chamado "Correção de Fluxo", acaba fazendo uma expulsão entre aspas dos alunos. E isto é reduzir custos, mas não podemos reduzir custos desse jeito. Temos que reduzir custos em tantas outras áreas, mas não aí. Senhores Deputados, espero que tenham sensibilidade mais uma vez, como já me mostraram em outras, para chamar para a responsabilidade desta casa a análise da educação do Paraná. Está se cometendo um genocídio cultural, porque os alunos estão saindo em massa sem saber coisa alguma. E não é por culpa nossa. Todos vocês sabem, porque todos os senhores devem ter seus filhos em escolas particulares, porque os senhores não arriscam a educação dos seus filhos nas escolas públicas de hoje.

(Palmas)

Perguntei ao Secretário Ramiro, se ele colocaria o seu filho numa turma de Correção de Fluxo, para ao final de um ano pular três séries? Por que os nossos filhos tem que ir para esse tipo de escolas? Porque queremos, escola pública séria. É por isso que na França 99% da população frequenta escolas públicas, porque é a única possibilidade de termos cidadãos preparados de termos ciência, de termos cultura, que reflita os desejos e os anseios do País. Mas aqui não. E sem ciência e sem cultura não teremos cidadãos, e aí continuaremos comprando tecnologia de países chamados desenvolvidos, porque não somos sequer capazes de produzir sabonetes e temos que a cada manhã pagar para os Americanos ou para os Franceses para lavar o nosso rosto. E a cada manhã temos que pagar para a Gessy Lever para escovar os nossos dentes. A cada manhã, porque não temos uma educação séria, que possibilite a formação de cientistas, de tecnologia aqui dentro do país. Os nossos melhores cérebros estão voltando para casa tristes e doentes e os melhores ainda estão saindo do país. Não há nada mais sério do que isso. Aqui estão os educadores, professores e funcionários, com lágrimas nos olhos. Por que não se dá um passo definitivo para que o nosso Plano de cargos seja aprovado? Não queremos maravilhas, não queremos grandezas, não queremos ficar ricos, queremos apenas um pouco mais de dignidade para exercer o nosso trabalho. Além dessas questões, em dezembro foi aprovado aqui, apesar dos meus apelos e dos nossos apelos, que se desse mais tempo para debater o PARANAPREVIDÊNCIA. Não tivemos eco. Agora a justiça está agindo, o Estado desmontou a sua estrutura, desmontou o IPE, que não atendia minimamente as nossas condições de saúde e não montou nada no lugar. Já começou a cobrar, sem dizer para nós o que vai

oferecer em troca, algo que nem a empresa de saúde mais pobre faz, porque ela no mínimo apresenta contrato de gestão dizendo - Olha! vocês irão pagar tanto, mas terão direito a tantos médicos, tantos exames, tantos hospitais. E o PARANAPREVIDÊNCIA, já rouba do nosso salário 2%, e não diz o que vamos ter em troca. Só temos o direito de pagar, não temos o direito de saber porque estamos pagando.

(Aplausos)

Sabemos que esse plano já está inviabilizado. Não há mais como insistir nessa tragédia.

Se o governador não tiver bom senso, se os técnicos que habitam o palácio não tiverem bom senso, tenho certeza que aqui haverá bom senso. E chamarão de volta a razão do Governador. Que ele apresente uma nova proposta de previdência. Não somos contrários a ter uma previdência de capitalização. Somos contrários de ter qualquer fundo de previdência. E qualquer não serve para nós e nem para o Estado, porque quem vai sofrer as vantagens ou as desgraças seremos nós mesmo os professores e funcionários das escolas.

Só para encerrar, que nunca mais vença a força bruta ou a força da maioria, mas que vença a força do argumento. Estava óbvio que o PARANAPREVIDÊNCIA não iria dar um bom lugar.

Quero render aqui uma homenagem aos meus companheiros que fizeram uma caminhada dura, difícil desde Ponta Grossa. Enfrentaram os dias mais frios desse ano. Pegaram chuvas, mas não desistiram. Vieram com bolhas no pé, com o tornozelo inchado. Fizeram questão de caminhar, não para serem considerados mártir ou heróis, mas para demonstrar à sociedade e a este parlamento a nossa disposição de mudar a feição da escola pública, que infelizmente desce ladeira abaixo.

Enquanto o PCCS não é aprovado, Senhores Deputados, sabe o que acontece? retiram a cada dia um direito nosso. E isso está se tornando tão trágico que, bastou um apelo nosso para que estivéssemos aqui milhares de professores. E lá fora milhares não puderam entrar. Não temos mais como continuar perdendo direitos. Há anos que vinha se adotando uma prática. Um número x de faltas não-justificadas não prejudicava a licença especial, nem o acervo. De repente, com um parecer do Tribunal de Contas isso passa a ser lei. E o pior, rompendo com qualquer princípio, um princípio secular do direito que uma lei não pode retroagir para prejudicar. Esse parecer retroage. Ele vai para frente, para traz, vai para o lado, vai para onde quer para pegar qualquer um de nós que teve uma falta lá em 1986. E muitos professores não podem ter o acervo. Muitos professores estão sendo obrigados a voltar da aposentadoria, nunca aconteceu isso. Obrigados a abandonar a

aposentadoria, voltar e cumprir o tempo que resta. Por quê? Porque tiveram uma falta lá em 1980.

Senhores Deputados, isso não pode continuar; isso é um abuso de poder. Não é sequer lei. Estamos fazendo apelo para que essa Casa aja. É preciso regulamentar essa questão apenas. A Secretaria de Educação, da Administração, o Palácio admitem que há um problema aí. Não posso deixar de omitir esse dado. Tanto a Secretária da Administração, quanto da Educação, a Governadora em exercício admitiram que é alguma coisa que precisa ser resolvida. Mas é preciso uma ação efetiva neste sentido, gostaríamos também que houvesse uma ação nesse sentido deste Parlamento.

Para terminar, queremos sair daqui hoje, com tudo resolvido, com passos decididos em direção ao retorno daquele tempo onde a escola pública era o orgulho de todo o cidadão. Ouvi vários, desde o Presidente da República, dizer que estudei na escola pública, e muitos daqui estudaram em escola pública. Hoje fogem da escola pública a população como se fôssemos os demônios. Mas, não somos nós os culpados por essa situação.

Estou certo que os Deputados podem se somar conosco independente dos partidos, porque é uma questão superior mais nobre, que é a defesa da escola pública. O PCCS é a garantia de uma escola pública de qualidade e aí podemos então dizer que todos nos unimos nesse sentido.

Podemos dizer como disse Santo Agostinho: "Combati o bom combate, completei a corrida, guardei a fé."

Temos fé de que hoje se resolva se dê o passo decisivo para resolver muitas dessas questões, pois quem tem fé voa.

Muito obrigado.

(Aplausos)

Quero que continuemos dessa forma respeitando este espaço, mantendo as nossas manifestações de alegria, mas sem vaías. Sei que não houve nenhuma e nem vai haver, porque nós queremos mostrar a todos os Deputados, que nós preparamos o cidadão do futuro, independente de quanto dinheiro eles têm no bolso.

Nós preparamos para uma convivência em cidadania, uma convivência com nobreza, onde o irmão seja o irmão do que está do seu lado, e que o homem não seja o lobo do homem, como vem ocorrendo.

Quero só lembrar da caminhada também, que vieram os professores e funcionários desde Pinhais até aqui, tentando também, Piraquara fez também isso, tentando lembrar a resistência nossa e que estamos preparados para muito mais. Mas espero que aqui se dê um bom avanço.

Obrigado mais uma vez ao Deputado Anibal Khury.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Para demonstrar que temos muita boa vontade com os professores e as professoras, em nome da Assembléia, a cantora Mara vai cantar: "Que saudade da professorinha".

(Aplausos)

A SRA. MARA

Bom dia, é com muito carinho que vou prestar essa homenagem a todos os professores e as professoras, que a partir de vocês, é que nós sabemos a ler e escrever.

(Canto)

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI -

Senhor Presidente, Deputado Anibal Khury, Senhores Deputados, Senhores Professores, Senhores trabalhadores do MST, que estejam nos visitando.

Gostaria de iniciar fazendo duas homenagens. A primeira homenagem é aos professores do Estado do Paraná que simbolizados por um grupo aguerido de professores que têm, mais do que na alma, têm no seu corpo e no seu espírito como um todo os professores fizeram de Ponta Grossa, esses 100 km que nos separam da Capital do Estado a Ponta Grossa, esta caminhada o Governo do Estado, aqueles que de certa maneira não entendem a importância da educação, que levem o seguinte recado: que esses 100 km percorridos por um grupo de professores que hoje estão aqui presentes, esses 100 km significa dizer, mas dizer lá dentro da nossa alma, de que os professores e um setor da sociedade paranaense não vai abrir mão de lutar pelo ensino público e gratuito de qualidade no Estado do Paraná. Se precisar fazer marchas percorrendo o Estado, alertando a sociedade, chamando a consciência cívica dos paranaenses para que abram os olhos do Governo do Estado, pelo descaso que faz com a educação, o recado está dado. Os professores, a sociedade, os estudantes, os trabalhadores percorrerão todos os 8 mil km quadrados do Estado do Paraná até que a educação pública e gratuita seja uma vitória do nosso povo.

E eu fico preocupado porque não consigo entender a lógica do Governo Jaime Lerner. Me permitam fazer esta breve reflexão.

O Governador do Estado - como qualquer governador, se preocupa, de alguma forma, fazer uma gestão no seu Estado que leva a imagem daquilo que ele faz aqui no nosso Estado para o resto do Brasil, porque a gente sabe que lá no fundo, um político quando chega e se elege governador de um

Estado, principalmente da importância do Paraná ou de São Paulo, do Rio Grande do Sul, ele imagina um dia ser Presidente desta Nação.

Acho que este desejo talvez passe pela cabeça do Governador Jaime Lerner, mas eu não entendo como que o Governador Jaime Lerner, se pretende gerir o Estado do Paraná, não demonstrou para o resto do Brasil, ao longo desses 4 anos, que ele teria feito uma coisa importante para a vida dos paranaenses. Se preocupa a toda hora de buscar uma forma de fazer uma obra para tentar ganhar a imagem sua no resto do Brasil, e o Governo do Estado sistematicamente nesses últimos 4 anos tem feito duros ataques aos servidores públicos do Estado do Paraná, à educação pública no nosso Estado, aos serviços de saúde no nosso Estado, e agora lamentavelmente destrói a possibilidade, na minha opinião, e a justiça está demonstrando isso, destrói a possibilidade de que os servidores públicos do Estado do Paraná, tenham quando pararem de trabalhar, uma aposentadoria digna, garantida pelo Estado.

O PARANAPREVIDENCIA, esta obra que o Governador tenta vender como uma obra que pode resolver os problemas do Estado, talvez seja a coisa mais dantesca, mais terrível que pode acontecer para os servidores públicos do Estado.

O governo faz uma previdência privada, não tem recursos para alavancar a presidência, precisa de 2 milhões de reais para alavancar o fundo.

Majora os aposentados, aumenta as alíquotas dos aposentados e o que é pior de tudo, talvez muitos dos senhores não sabem, mas a regra garantia, que para todos é uma garantia fundamental, o pagamento das aposentadorias está expressamente claro que o PARANAPREVIDENCIA, não tem a garantia de que os reajustes sejam os mesmos da ativa.

Se o Fundo de Previdência no seu cálculo atuarial não der para pagar o salário equivalente da ativa, o Fundo PARANAPREVIDENCIA pela lei pode pagar 10, 20, 30% a menos do que ganham os trabalhadores da ativa.

Ora, como o Estado está investindo cada vez mais não na questão pública, mas está terceirizando, está privatizando os serviços públicos, ao constituir o Paranaeducação, ao constituir o ParanaSaúde, ao constituir todos os mecanismos públicos para a iniciativa privada significa o seguinte: Não vão abrir mais concurso público, nem para o magistério e nem para nenhum setor da atividade do Estado, é esta lógica.

Ora, se não vai ter mais concurso público, não vai ter mais contribuinte para o Fundo de Previdência, não tendo mais contribuintes para o Fundo de Previdência, o salário daqueles que vão se aposen-

tar com certeza não acompanharão, mesmo na forma da lei os reajustes dados pelos da ativa.

Mas, a escalada do governo não tem sido simplesmente essa, de transferir recursos públicos para a iniciativa privada, de não investir naquilo que é prioritário para a educação ou para a vida do nosso povo, canalizando recursos muitas vezes, eu acho que de maneira errada, colocar 400 milhões de reais para publicidade e propaganda, enquanto não tem 15 milhões de reais para pagar 1/3 de férias dos professores e funcionários públicos do Estado do Paraná.

Não digo isso para tentar dizer para os Deputados da situação que dão apoio ao governo dizer: Olha, olhem como nós estamos certos e olhem como vocês estão errados.

A gente tem que dizer isso com a tranquilidade de dizer para os Deputados e para a Assembléia Legislativa, que ela corrija o curso que o Governo do Estado vem tomando nesses últimos anos.

É com esse objetivo que nós fazemos as críticas porque o governo está completamente perdido e agindo de uma maneira irresponsável perante o povo do Estado do Paraná.

Agora, recentemente, no dia 26 último, está entidade a APP, ainda bem que existe a APP, porque a APP defende os interesses do povo do Paraná.

Essa entidade fez um chamado aos professores para que no dia 26, último, fizessem um ato de cidadania no Estado do Paraná, professores lá na Região Sul, lá no Sítio Cercado, lá na Vila Verde, saíram para as ruas quatro, cinco escolas junto com estudantes, professores e funcionários e entregaram uma carta ao povo.

Dizendo o quê?

Dizendo que a escola está abandonada, que não tem sala de aula, que as escolas foram transformadas pelo PROEM em caloteiros das empreiteiras, que hoje estão cobrando as dívidas.

Os diretores das escolas e os presidentes das Associações de Pais e Mestres, no lugar de cuidarem da educação, no lugar de estarem discutindo o processo pedagógico, de estarem acompanhando o processo de discussão nas escolas, as Associações de Pais e Mestres, pela incompetência, pela irresponsabilidade, se transformaram num banco de queixas dos empreiteiros que não recebem a verba do PROEM, que é uma verba do Banco Mundial, isto porque o Governo não tem três milhões de reais para pagar a parte que cabe ao Governo pelo empréstimo que fez junto ao Banco Mundial.

Porque a verba do Banco Mundial está em disponibilidade do Governo do Estado, o que não tem é o governo que faliu o nosso Estado, as nossas receitas, não tem sequer a verba para pagar os com-

putadores que hoje estão nas escolas fazendo os laboratórios, muitos deles encaixotados ainda sem poder usar, porque os laboratórios não foram construídos.

Não dá, Senhor Presidente, não dá para admitir o estado calamitoso em que está a educação pública no Estado do Paraná.

Mas, não basta isso, não basta apenas aí a responsabilidade do ponto de vista de gerir as questões da escola pública no nosso Estado.

Não é somente a questão de cargos e salários que garante, como disse o Professor Romeu, a alma da educação, porque quem dá a alma da educação no nosso Estado são os professores e professoras que ensinam diretamente, que acompanham a evolução de cada estudante em cada sala de aula e tramitem o saber acumulado pela humanidade nesses últimos 2 mil anos de desenvolvimento tecnológico e científico do nosso povo.

Quem transmite o saber são os professores. E se queremos uma escola pública de qualidade, como temos em qualquer outro país decente neste Planeta, passa pela valorização do magistério.

E valorização do magistério é investimento em qualificação profissional, não é aquela lavagem cerebral com o gasto de dinheiro público na ordem de 15 milhões de reais que foi feito lá em Faxinal do Céu, a pretexto de ensinar aos professores de como se sentir bem na vida, de como entenderem a ser infelizes na vida, dando aula aquele homem que era amigo do Governador e que frequentava os teatros e frequenta os teatros do Rio de Janeiro e, com certeza, bebe bons vinhos, janta em bons restaurantes no Rio de Janeiro.

Ora, ser feliz e entender os problemas da vida e ter uma atitude positiva na vida é ter dignidade, é ter condições de trabalho, é poder chegar em casa com a comida, com o arroz, com o aluguel, com a prestação da casa, com a roupa, com o transporte e com disposição para poder sentar na sua casa e ler um livro, dois, três livros para transmitir o saber para os nossos filhos, é isso que é qualidade de vida.

(Aplausos)

No entanto, o governo parece que ainda não aprendeu os descaminhos que tem trilhado nesses últimos anos.

É grave, Senhor Presidente, a conduta do governo na área da educação, é grave sobre todos os aspectos, mas fundamentalmente acho que as coisas estão chegando ao limite do insuportável.

Os professores que levaram alguns alunos e funcionários para conversar com a população das nossas cidades do Estado do Paraná inteiro, no dia 26, estão sendo processados na justiça pela Secretaria de Segurança Pública. E eu me pergunto, Senhor Presidente, o Senhor lembra do período

ditatorial que se abateu sobre o nosso País durante quase trinta anos, desde 1964?

Não vimos gestos como esses serem cometidos nem no Regime Militar; professores de Ponta Grossa respondem processos, hoje no núcleo de educação, a mando do Promotor de Justiça porque levaram estudantes, professores e funcionários para cobrar do Governo melhorias de condições de ensino, melhoria de condições de trabalho, para dizer à sociedade como disse a "Gazeta do Povo", dos dias de ontem e anteontem, em matéria publicada para todo o Paraná. Será a Secretária de Educação, Alcione Saliba, será que não compete a ela também querer processar a Gazeta do Povo por ter colocado em página inteira o descaso que estão as obras nas escolas públicas do Estado do Paraná?

Será que não cabe a ela? O único crime que os professores fizeram ao convidar os alunos, ao convidar os pais e funcionários para ir à rua e distribuir uma carta, foi de dizer ao povo do Paraná: "Estamos precisando de ajuda, precisamos manter a escola pública porque ela é garantia da democracia em qualquer país decente do mundo".

Sem transmissão de saber público vamos constituir uma sociedade cada vez mais de excluídos porque se não tivermos o público transmitindo o saber universalmente, vamos impingir, decretar que a regra de ascensão social, de conquista de uma possibilidade de trabalhar no mundo moderno onde cada vez mais o conhecimento humano é fundamental, para que se consiga o emprego.

Até o porteiro da fábrica da Volvo precisa ter o 2º grau completo. Será que os governantes do Estado do Paraná não entendem que a única possibilidade de que a gente possa construir um Brasil cada vez mais solidário, cada vez com menos injustiça social é através da universalização do saber e a conquista dos mais pobres que são 89% do povo brasileiro de capacidade para disputar o mercado e se constituir enquanto cidadãos no nosso País.

O Governo perdeu o norte! Recentemente estudantes criticando o Governo, como aconteceu milhares de vezes no nosso País, e eu fui um deles.

Muitos dos Senhores, muitos dos Deputados que aqui estão, saíram às ruas para criticar o Governo. E, quando fazemos uma crítica ao Governo só pode ser por dois motivos ou o Governo está desrespeitando direitos, direitos de qualquer setor da sociedade, o Estado desrespeita, ou estamos criticando o Governo por uma outra coisa grave que seria talvez a corrupção.

Neste caso a crítica era por desrespeitar direitos. Eu me pergunto: um estudante foi preso porque estava distribuindo cartazes, panfletos, dizendo que o Governo do Estado estava desrespeitando direitos.

Eu me pergunto, se a sociedade, se estudantes, trabalhadores do comércio, seja lá quem for, não puderem numa sociedade democrática, fazer uma crítica dizendo que o Estado, que o Governo cercea, impede, viola direitos, que critica, vamos poder construir e fazer na nossa sociedade? Nenhuma.

(Aplausos)

São graves os caminhos que o Governo trilha. A Assembléia Legislativa não pode ficar de costas aos problemas que estão se avolumando no nosso Estado.

Problemas sociais de toda ordem: Abandono do campo, destruição do patrimônio Público, falta de transparência nas privatizações do Governo do Estado e está aí o pedágio como prova disso.

Superfaturamento fabuloso para beneficiar um grupo de empreiteiros, vinte e quatro anos de concessão das estradas para um grupo de empreiteiros, a primeira duplicação vai acontecer daqui a onze anos, o trecho Paranaguá/Curitiba completamente duplicado não vai receber nenhuma melhoria, nenhuma ponte vai ser construída e por aqui passa toda a produção do Estado do Paraná.

Quer dizer, há um certo privilégio. Atitudes desta do Governo em nome do quê?

O que de conceito e de bom que o governo tem feito para o povo do Paraná?

Para os Pequenos Agricultores? Quatrocentos mil pequenos agricultores no Estado do Paraná, cem mil deixaram de existir nos últimos cinco anos, cem mil pequenos agricultores, estão talvez muitos deles aí na frente do Palácio Iguaçu em baixo de lonas pretas. O Governo do Estado não liberou um único centavo de crédito para os pequenos agricultores do estado do Paraná; em contrapartida para grupos multinacionais, que tem um poderio econômico espalhado pelo Planeta, liberou dos recursos públicos, que hoje faltam na educação, que hoje falta para pagar o terço de férias, que falta para investir na qualificação dos professores, que falta para melhorar a assistência médica, investiu somente para as multinacionais que vieram para cá, aqui na Região Metropolitana de Curitiba, perto de setecentos e oitenta milhões de reais, enquanto isso não tem quinze milhões para pagar o terço de férias.

Nós hoje, Deputados, temos uma tarefa, de assumir um compromisso, de todos esses desvios que o Governo vem fazendo, talvez o que a gente consiga neste momento resgatar e dar garantias é aprovação na Assembléia Legislativa do Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos encarregados da educação no Estado do Paraná. Por isso, a Bancada do PT, o Deputado Caíto Quintana junto com a Bancada do PMDB, vamos Sr. Presidente, vamos tentar buscar junto aos outros Deputados, e esperamos ter o seu apoio, para aprovar o Regime

de Urgência na votação do Plano de Cargos e Salários. De todas essas questões nós esperamos que a Assembléia chame para si a votação desse processo. Se o Governo e a Secretaria de Educação disser: "Olha, mas eu quero discutir, tem coisas no Plano de Cargos..." Que a Assembléia chame para si a discussão do Plano, junto com a APP, junto com a Secretaria de Governo, e que a gente, junto com os cinquenta e quatro Deputados, possamos fazer a votação do Plano de Cargos e Salários, que interessa não aos Professores para ganhar mais, interessa para a preservação do ensino público e gratuito no Estado do Paraná, é esta a bandeira que nós estamos levantando.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas para consultar se estou inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Vossa Excelência está inscrito. E a Mesa tem procurado dirigir os trabalhos no sentido e que fale um da oposição e um do Governo. O Senhor está inscrito.

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhora Deputada, caros Professores, prezado Presidente da APP, Romeu, imprensa que está hoje aqui presente nesta quinta-feira, que automaticamente na quinta-feira as vezes não se encontra aqui, cabe prezados professores, cabe a este Parlamentar o papel de Líder do Governo Jaime Lerner, o qual quero dizer aos Senhores que exerço com a mesma convicção de estarmos certo no caminho certo, do que a convicção de que se pronunciou o Deputado Ângelo Vanhoni, tecendo críticas, o qual eu não concordo com o Deputado Ângelo Vanhoni.

Gostaria, Senhores Professores, de inicialmente para procurar ser ouvido pelos senhores, e tenho certeza que serei ouvido com toda a educação que nós temos dedicado aos senhores, de pedir aos Deputados do Governo que subscrevam o Requerimento de Regime de Urgência do Plano de Cargos e Salários. Esse é o primeiro sinal de que nós queremos demonstrar, de que nós estamos abertos à apreciação e estamos aqui para fazer o melhor para o Paraná.

Quero dizer aos professores de que estou aqui pelo terceiro mandato, já fui oposição nessa Casa quando o governador de oposição aqui nessa Casa fazia. Fui avesso ao discurso fácil. Porque subir à tribuna da oposição e dizer que tudo está errado esquecemos que esse Estado não foi somente governado pelo governador Jaime Lerner, mas por muitos governadores, os quais alguns merecem a

minha admiração, mas outros merecem as minhas críticas, da mesma forma que criticou o Deputado Ângelo Vanhoni, não podemos esquecer.

Quero dizer aos Srs., que faço um pronunciamento aos professores num momento em que estou comovido com uma situação do meu professor primário. Essa injustiça que acontece com os professores do Paraná e do Brasil, não acontece de hoje e não é do governo Jaime Lerner. Precisamos também avançar e achar solução para a situação financeira do Estado, para podermos avançar ainda mais na questão dos professores. O meu primeiro professor também sou e fui professor no início de minha carreira, que faz este ano 75 anos está acometido de uma doença e precisa toda semana vir a Curitiba. Esse professor, injustiçado há muitos anos, não tinha condições financeiras para vir à capital do Estado, ser socorrido pela medicina da Capital. Pela sorte dele, tinha o seu aluno, que por uma casualidade tornou-se Deputado e está podendo socorrê-lo.

Sei que muitas de Vossa Excelências não querem ouvir a minha palavra, mas quero dizer a Vossa Excelências que estou acostumado a ser vaiado e não perco o equilíbrio de forma nenhuma.

Quero fazer um pedido, junto aos professores, ao presidente da APP, o considero um homem inteligente. O Professor Romeu sabe de que nos momentos mais difíceis, aqui, nessa Casa, quando negociamos o Plano de Carreira das universidades estaduais, ele por muitas vezes esteve presente. Nós estávamos a frente da liderança e conseguimos negociar um Plano. Quero fazer um pedido especial ao professor Romeu. O Sr. sabe que essa Casa é composta de 54 parlamentares, em torno de 37 Deputados apóiam o governo Jaime Lerner, em torno de 17 Deputados fazem oposição ao seu governo. Quero pedir encarecidamente ao professor Romeu, que faça usa da sala da liderança do governo e das lideranças dos partidos, que apóiam o governador Jaime Lerner, para que possamos discutir esse Plano e possamos chegar a um lugar comum, para podermos avançar na direção aonde todos pretendemos.

Não existe um governante que não tenha o desejo de dar o que é necessário e para devolver a dignidade do funcionário público. O que é preciso, sim, é ter condições para devolver essa dignidade. Não adianta nós fazermos aqui o que muitos Estados fizeram ou até não fizeram e, hoje está acontecendo o pior. Cito dois exemplos e faço um desafio ao Deputado Ângelo Vanhoni, daqui um ano, o seu partido está governando o Rio Grande do Sul, vamos dar um prazo, um ano, e V.Exa. poderá trazer aqui, depois de um ano, e nós, numa outra manifestação de professores, podermos aqui fazer um comparativo entre os salários do Rio Grande do Sul, governado pelo seu partido e entre os salários

dos professores governados pelo Governador Jaime Lerner.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Sr. Presidente, o Deputado Valdir Rossoni, elegantemente faz uma referência à minha fala e propõe uma comparação. Digo ao Deputado Valdir Rossoni que o desafio está aceito e nós já começamos, no Rio Grande do Sul, nós não jogamos dinheiro para a multinacional da Ford, porque o Governo do Rio Grande do Sul quer aplicar na Educação, na Saúde e no povo do Rio Grande do Sul.

O SR. VALDIR ROSSONI

Escutei V.Exa. com toda atenção e educação possível gostaria que V.Exa. me reservasse o direito de fazer uso do meu tempo.

Está aceito o desafio, podemos marcar aqui e podemos dar até um tempo ao seu Governo, lá no Rio Grande do Sul, para colocar as coisas no lugar e daí nós estabelecermos aqui um comparativo.

Srs. professores, quero dizer que a democracia é boa e nós vivemos numa democracia boa porque tem que haver a contradição. Se ouvirmos só um lado do sino bater não ouviremos o outro lado e não estaremos vivendo em democracia.

Desagradáveis talvez sejam as minhas palavras mas o que eu estou dizendo aqui são as nossas verdades, e é preciso que vocês entendam!

A questão nossa, quando diz aqui, passo a responder algumas críticas feitas pelo ilustre Parlamentar, quando ele diz que o Governo do Paraná investe na industrialização, isso é uma questão ideológica. Nós vimos, pela televisão o Rio Grande do Sul chorando a perda da Ford. Vimos os cidadãos do Rio Grande do Sul perdendo uma empresa que daria mais de 50.000 empregos...

(Tumulto nas galerias)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Peço as galerias que se conservem em silêncio enquanto o Deputado do Governo fala. Nós já ouvimos a oposição, vamos ouvir mais ainda a oposição. Nós vivemos num regime democrático, o espaço aqui concedido aos professores e até anti-regimental mas nós vamos fazer sempre isso, enquanto formos Presidente da Assembléia.

Peço encarecidamente aos professores que ouçam a Liderança do Governo falar.

O SR. VALDIR ROSSONI

Quero pedir desculpas aos professores porque por uma eventualidade discordam dos princípios ideológicos deste Deputado, eu compreendo, nem todos podem pensar como pensa este Deputado eu compreendo isso. Só gostaria que me assegurasse a palavra, Sr. Presidente, e nós ouvísse-

mos, não precisa nem os aplausos que deram ao Deputado Vanhoni, só que V.Exas. nos ouvissem para que eu pudesse encerrar o meu pronunciamento.

É importante aqui, Sr. Presidente, que se diga que eu pedi a V.Exa., mas V.Exa. não quis burlar o Regimento Interno e V.Exa. tem toda razão, eu pedi para que eu falasse antes do Deputado Vanhoni não quis burlar o Regimento Interno e V.Exa. tem toda razão. Pedi para que eu falasse antes do Deputado Ângelo Vanhoni, porque eu não queria entrar nas respostas de críticas feitas da tribuna, apenas queria Sr. Presidente, manifestar aqui a posição da Liderança do Governo, para que os Deputados subscrevessem o requerimento. Também queria manifestar aqui a palavra da Liderança do Governo, pedindo ao Prof. Romeu, que use a sala da Liderança do Governo, para que possamos negociar esse Plano. Não queria entrar nas respostas das críticas aqui feitas. Porque é muito mais fácil aqui fazer críticas, achar que tudo está errado, que nada está sendo feito. Quando o Deputado, e eu disse aqui em outras oportunidades. O Deputado Ângelo Vanhoni, ele tem uma grande facilidade quando ele faz pronunciamentos aqui, quando fala de Bancos, Sindicatos. Mas quando ele fala do pequeno agricultor, tem uma dificuldade terrível, porque ele é Deputado da Capital. Eu teria que ficar pelo menos mais trinta minutos para responder as críticas que ele fez na agricultura do Paraná. Só uma resposta quero dar aqui. E disse muito bem ontem um Deputado da tribuna ao Deputado Augustinho Zucchi. Ontem esteve aqui nesta Casa, o "Grito da Terra". São pequenos agricultores que praticam a agricultura familiar e que precisam da ajuda do Governo, para que não se tornem sem terra. E disse um Parlamentar do alto da sua sabedoria - de que "se não socorrermos os pequenos agricultores de hoje, certamente serão os sem terra de amanhã." Quero responder ao Deputado Angelo Vanhoni. Os sem terra não foram fabricados pelo Governo Jaime Lerner, porque nós governamos o Paraná apenas quatro anos. O que estamos fazendo pelos agricultores e faço também um desafio - estamos sim, colocando 17 mil famílias dentro da sua casa na Vila Rural, que é um problema inédito a nível de Brasil. Faço aqui uma pergunta: quantos agricultores foram assentados pelo Governo Estadual antes do Governo Jaime Lerner. Também respondo aqui a outra crítica, mais de sete mil pequenos agricultores reconstruíram a sua casa e estamos num programa até o final do Governo para reconstruir cinquenta mil casas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho respostas a todas as críticas pela oposição. Mas quero manifestar aqui para encerrar o meu pronunciamento. Manifestar aqui aos professores, de que até

eu exercer a Liderança do Governo, porque tenho convicção, de que estamos fazendo o melhor para o Paraná. Mas quero dizer também aos professores, quero ser um aliado dos professores, para que possamos aqui, através do alto da nossa inteligência e da inteligência dos Deputados do Paraná, negociar esse plano, com competência, com seriedade, com dignidade, sem eliminar facções, sem achar aqui que vai ser aprovado um Plano, apenas com alguns parlamentares. Aqui será aprovado um Plano se tivermos a capacidade de sentarmos à Mesa, negociarmos e acharmos um ponto, aonde possamos avançar.

Eram essas as palavras que queria dizer aos professores. Nós os trataremos sempre, com respeito e estaremos sempre abertos à negociação. Por isso fiz um apelo ao Prof. Romeu, porque muitas vezes, prezados professores, me senti como Líder do Governo alijado de muitas negociações, porque ele às vezes mistura a vontade dos professores do Paraná, com a sua vontade política. E aí prejudica as negociações. Tenho que falar aqui, porque são verdadeiros os meus sentimentos. Quero que os professores levem daqui, podem até discordar do que este Parlamentar falou, mas levem daqui a palavra séria de que estamos abertos e vamos sim lutar como lutamos para o Plano de Cargos e Salários das Universidades. Vamos trabalhar duro para acharmos as soluções. Para que o governo do Paraná não faça como fizeram outros Estados. O Estado de Santa Catarina, aí do lado, não está pagando os salário há três meses. Como aconteceu com Vitor Buais, lá do Espírito Santo, que foi até expulso do Partido do PT, por não pagar os salários dos funcionários.

Professores, podem voltar para suas casas com a certeza de que os 37 Deputados que apoiam o Governo sabem das dificuldades financeiras do Estado. Sabemos dos problemas sociais desse Estado. Mas temos a coragem e a certeza que temos competência para sentarmos e acharmos soluções para os problemas do Paraná.

Chegaremos onde todos desejamos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Concedo a palavra ao Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quando os professores e os funcionários de escolas do Paraná chegaram aqui gritaram as palavras de ordem que incluía Che Guevara.

Gostaria de usar exatamente uma frase do Che Guevara. Devemos ser leais, ter uma relação boa, porém contundente com relação às suas

posições e convicções políticas e dos rumos da sociedade. "Há que endurecer sem perder a ternura jamais." Esperamos nesse debate e nos espaços que o Governo abre para a APP - Sindicato ter a oportunidade de colocar sua proposta. Isso está acontecendo. Colocar as suas propostas, não só as do Governo.

Convém debater uma questão de fundo, porque o Brasil passa por uma crise engendrada por uma proposta. e a crise no Paraná é mais aprofundada do que qualquer outro Estado do país. O Paraná enfrenta uma crise, um estado conhecido no Brasil como um Estado que possui um vigor econômico dos melhores. Por que isso acontece? O projeto neoliberal teorizado por Bresser Pereira aqui no Brasil, foi implantado com todo o seu vigor aqui no Paraná. E digo mais, o governo Jaime Lerner foi mais neoliberal que o próprio teórico Bresser Pereira.

Vejamos, pedágio. Está aí a crise do pedágio. O Governo volta de Nova York querendo aumentar o pedágio. PARANAPREVIDÊNCIA está com seus problemas. Inviável economicamente e juridicamente. O PARANAEDUCAÇÃO o Tribunal de Contas cobra nove milhões do ex-Secretário de Educação. ECOPARANÁ, o Tribunal de Contas está barrando a ECOPARANÁ porque é uma proposta neoliberal. A criminalização do MST com escutas telefônicas ilegais, passando por cima da lei, inclusive na retirada do movimento Sem-Terra durante a noite e, somente das 40 fazendas ocupadas nove eram produtivas, informação do próprio governo.

Privatização da COPEL e da SANEPAR, e a proposta do PLADEP, um Projeto Neoliberal colocado em ação em relação aos professores do Paraná.

Mas, acho que o Governo do Paraná não está de todo errado, ele está certo. Mas está certo aonde? Esta certo quando ele fez o seu programa de Governo que eu tenho aqui em mãos. Gostaria de ler para fazer a memória do Deputado Valdir Rossoni, dos Deputados da Situação do Governo.

Diz assim: Os compromissos de Jaime Lerner, o homem que vai transformar a Educação no Paraná.

Aumento progressivo da remuneração do Magistério Público, através de plano de carreira capaz de assegurar a ela, salário digno, recuperação da dignidade profissional, reconhecimento público da função social do professor data base para recuperação das perdas salariais, espaço de negociação e diálogo permanente. Garantia de condições básicas de funcionamento a todas as escolas estaduais de ensino fundamental do 2º grau, com laboratórios e equipamentos. Concursos Públicos de ingresso ao magistério, liberação de dirigentes sindicais de acordo com o entendimento em andamento no foro

e valorização do magistério MEC, CNTE, CONSEDE, UNDIMA. O professor é parte fundamental da solução, o professor será valorizado, bem informado e bem pago.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Vou pedir aos oradores que ainda vão se suceder, que atendam o regulamento do regimento interno, que o prazo para falar é de sete minutos e tem vários oradores inscritos.

O SR. IRINEU COLOMBO

Serei breve Senhor Presidente.

Parece-me razoável que o PCCS seja analisado, pela nossa Comissão de Educação, e debatido e colocado em contraponto se o Governo tiver outra proposta.

Parece-me razoável, também, que esta Assembléia analise a Lei de Sistema de Educação, que prevê em qualquer outras leis, como os Deputados colocaram, Deputado Pércles, Deputado Hermes Fonseca e o Deputado Vanhoni, a hora-atividade, que a LDB prevê, a LDB que é mínima, máxima, permissiva, neoliberal, etc., que o professor terá hora-atividade.

Fomos razoáveis com o Governo. Colocamos só 20%. O Conselho Estadual de Educação falou em 25%, da jornada de trabalho.

O Salário Educação, o Paraná recebe dois terços, que o Governo arrecada e não repassa nada aos municípios, esta atrasado com o fundo rotativo nas escolas. Os diretores das escolas aproveitam agora o inverno para pedir aos pais para que façam uma Festa Junina, quermesse, para poder trocar lâmpada da escola. Tem escola que esta sendo interditado o prédio porque pode cair na cabeça dos alunos. E o Governo prometeu os recursos que seriam recebidos no Banco Mundial e não está repassando.

O compromisso que o Governo fez com os professores e diretores: Acabem com o ensino profissionalizante, que vamos colocar recursos do PROEN. Muitos foram coagidos lá em Faxinal do Céu, para fazer isso. Aonde está os recursos?

Nem a isso se deu a dignidade de repassar os recursos.

Nessa próxima 4ª feira, a Comissão de Educação discute com os municípios do Paraná um outro problema, o do transporte escolar que esta pegando junto com a falta de recursos de vários municípios. Já teve a discussão aqui, com vários Prefeitos de vários municípios do Paraná, que estão ciente da crise que passa a Educação neste Estado.

Sr. Presidente, tenho na mesa protocolado um requerimento pedindo urgência à tramitação do Projeto 297/99 que é o plano de cargos, carreiras e salários dos professores do Paraná.

Também há protocolado um outro requerimento, assinado pela maioria dos Deputados e já com o aval do Líder do Governo, portanto retiro o meu requerimento para que seja colocado em votação o requerimento assinado pela maioria dos Srs. Deputados, para, efetivamente, que esta Assembléia assuma um compromisso coletivo de dar trâmite a esta questão da discussão do plano de carreira, cargos e salários.

Também o Sr. Governador do Estado está recebendo não só a contundente manifestação dos funcionários da educação no Paraná, como também, da comunidade, como tenho aqui em mãos uma carta que os alunos, um xerox, estão mandando ao Governador pedindo pela educação. Porque no fundo temos aqui os professores que defendem a escola pública e gratuita.

Mas isso não é só um compromisso dos professores. Mas os pais, a comunidade está preocupada com os rumos da educação no Paraná, com o excesso de preocupação em privatizá-la e como diz Dermeval Saviani no seu livro sobre a LDB: "A implementação da legislação no Brasil, e aqui no Paraná também serve isso, está fazendo com que o fluxo, correção de fluxo, passa os alunos sem saber nada. Supletivo passa sem saber nada. Estamos certificando aos pobres e dando a educação para as elites nas escolas pagas."

Além da preocupação do plano de cargos e salários que é uma preocupação destes professores que estão aqui, tem a preocupação portanto manifestada nesta carta, que é a preocupação com o sistema de educação no Paraná que tem que garantir uma análise sistêmica de educação para todos e correção de fluxo tem que ser colocado comum sistema educacional e proposta pedagógica em extinção.

Supletivo em extinção. Porque se o governo Jaime Lerner não apostar na educação, nessas duas formas de educação que são paliativas, transformando a exceção numa regra, estamos condenando a um Governo do mito, a um Governo que se propôs, tecnicamente, resolver todos os problemas e implementar a exceção como regra para, efetivamente, certificar os pobres e dar a educação para a elite paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Concedo a palavra ao Deputado Nelson Justus.

O SR. NELSON JUSTUS

Senhor Presidente, nobres professores, sejam bem vindos à nossa Casa.

As palavras que saem da minha boca são o que penso. Não partilho com a falsidade intelectual

que usa as palavras para o que convém e nem adoto a prática dos sofistas que querem fazer das palavras um meio para esconder as suas idéias.

Empresto sim às palavras, aquele sentido que lhes deu Rui Barbosa, quando as chamou de "instituição divina", capaz de restaurar todas as outras quando unidas à suprema onipotência da verdade. As palavras, com a verdade, esta sim, legitimamente, vestem as idéias, Sem ela, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Professores, sem ela o rei está nu.

Quero dizer a Vossa Exas. que ocupo a tribuna, neste instante, para cumprimentar a todos e a cada um, porque, realmente, na manhã de hoje avançamos, e avançamos muito.

Não foi em vão a caminhada dos Srs. professores a esta Casa, aliás, aproveito o ensejo para cumprimentar o Presidente Anibal Khury, que tem dado uma demonstração viva de democracia ao receber a todos aqueles que querem trazer o seu justo pleito às suas questões.

Fico feliz por poder ter juntamente com os meus Pares, que apoiam o governo do Estado, e aqueles que fazem a oposição, para firmar nesta manhã requerimento que pede em caráter de urgência seja votado o plano de cargos e salários dos Srs. professores.

Este é, sem dúvida nenhuma, um avançou. E aliás, esta é uma das razões dos Srs. estarem aqui presentes. Não é razão aqui para como querem alguns sofistas, falar do pedágio, das privatizações e muito menos da industrialização que muito nos orgulha a todos e a cada um.

É chegado o momento de se discutir numa reunião de trabalho de coisas sérias, como sério foi o pleito do Professor Romeu, ao solicitar a este Deputado que encaminhasse, como encaminhado foi um projeto de lei na data de ontem a esta Mesa Executiva, que acresce o inciso 14 ao art. 249, da Lei 6174 de novembro de 70, o Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná

Art. 1º - Fica acrescido o inciso 14 ao art. 249, da Lei 6174 com a seguinte redação:

O inciso 14: Faltas não justificadas até o número de 5 no quinquênio, consideram-se anistiadadas as faltas existentes à presente lei para o gozo da licença ou a contagem em dobro.

Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Peço, nesta oportunidade, a todos os meus Pares aqui nesta Casa, para que juntos aprovemos esta lei, que sem dúvida nenhuma, recobra a justiça àqueles que por ventura tenham faltado por esta ou aquela razão, pelo menos 5 dias durante o quinquênio. nada mais justo que recuperarmos essa injustiça que se fazia com os senhores professores.

E tenho certeza, que os meus pares aqui na Casa irão acompanhar e iremos aprovar esta

matéria e pressionar o governo para que sancione esta lei.

Esta é a maneira que conheço, com equilíbrio e bom senso de conversar e de se falar, pois aqui é o Parlamento, aqui é o lugar para se discutir coisas sérias, sem sofismos, sem radicalismos, sem partidismos, fazer com que as questões sérias e equilibradas sejam julgadas por quem de direito.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. professores, parabéns pelas conquistas dos senhores nesta manhã de hoje. Pelas conquistas não só das reivindicações, mas principalmente de aqui virem prestar o seu protesto, justo ou não, nas questões que devemos conhecer e as conhecemos todas. Tenham a certeza e levem daqui que os Deputados desta assembléia tem o maior respeito pelos srs., não só pelo que diz a letra da música tão bem entoada pela nossa cantora de plantão na manhã de hoje, mas principalmente por tudo aquilo que nos leva, dentro dos nossos corações, a palavra magistério.

Parabéns a você, sejam bem vindos e que as reivindicações justas, sem radicalismo e sem sofismo sejam acolhidas por todos nós.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Concedo a palavra ao Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Poeta Thiago de Mello, nos Estatutos do Homem, disse o seguinte: "Fica proibido a uso da palavra liberdade em bocas enganosas". espero que todas as palavras que foram pronunciadas aqui, tenham conseqüências, no sentido de concretizarmos as reivindicações dos professores e dos profissionais da educação.

Ontem, nesta tribuna, e me parece pertinente falar mais ou menos a mesma coisa, me referia, Sr. Presidente, a uma manchete estampada pelo Jornal do Estado do Paraná há muitos anos atrás: "O Cacique Cretan, indígena, fez uma luta, vejam bem, para recuperar a terra que há quinhentos anos atrás era toda a terra, muita terra, dos indígenas. Depois de tantos e tantos anos os indígenas tiveram que lutar para reconquistar aquilo que era deles".

E a manchete, Srs. professores, dizia o seguinte: "A terra é de Cretan para sempre". Porque ele acabava de ser assassinado. Mas, valeu a luta. Estou aqui na minha memória com a imagem dos professores na estrada, a pé, em busca de um direito que é inalienável de todos eles.

Lembro-me do revolucionário Ochimin(?), agricultor e poeta, milhares e milhares de quilômetros percorreu o guerrilheiro, o chefe de

uma nação Ochimin(?), ele acabou liderando um povo pobre sem armas, ele no fim acabou derrotando a maior nação militarista do Mundo, os Estados Unidos. Por que os professores não derrotarão esse Governo, que é nada mais do que a encarnação do Deus Moleque(?). Os professores estão no caminho certo.

Srs. Deputados da Oposição e da Situação recorreu, Sr. Presidente, nesta Casa as reivindicações das ruas. Esta Assembléia pagará caro se não tiver ouvidos para estas reivindicações.

Volto ao início da minha palavra: os brancos colonizadores tiraram muita terra, toda terra dos índios, tiraram inclusive o sol das manhãs vindouras do povo pobre indígena. Esta Nação, se não contemplar as reivindicações dos professores não terá sol nas manhãs vindouras. É um compromisso que todos teremos que assumir com o amanhã.

Ouso até dizer o seguinte: tenho saudades do futuro. Querendo dizer que poderemos caminhar sim na direção de uma sociedade que não vá estabelecer guetos como temos hoje em todo o nosso território.

Ontem falávamos aqui a respeito dos pequenos produtores rurais. Os outros que nem pequenos proprietários rurais são mais, estão acampados aqui. Me parece os refugiados de Kosovo. Me parecem todos eles os desatados de uma sociedade capitalista neo-liberal sem alma e sem coração. Esta Nação está doente. O remédio poderemos encontrar nos quarteirões, nas ruas. Só acredito na organização popular e em seguida na sua mobilização senão ficaremos sempre neste círculo vicioso de reivindicarmos, de tentarmos fazer as coisas mão não quebramos a espinha dorsal daquilo que todos sabemos que é maléfico para a Nação.

Senhores Professores, lembro-me que nesta última campanha quando cheguei num pequeno município, aqueles que tocavam no coração, no fundo dos olhos, a esperança de uma reforma agrária, estavam fazendo campanha para um homem ligado a UDR, dos mais reacionários que possa existir. E, eu que vivi sob o tacão da ditadura militar, tenho nojo às ditaduras. Precisamos combatê-las no nascedouro e vejo com preocupação que dentro deste regime liberal, estamos aqui com declaração de uma destas viúvas da ditadura militar, o Capitão Bolsonaro, quando se refere às torturas a que foi submetido um ex-padre da Igreja Católica. Entrevistado, falou o seguinte: "Esta idéia me parece de muitos governantes brasileiros que quando ouvem falar em educação e cultura, e em professor, fazem a menção de puxar o revólver, como fazia um velho hitlerista. Estes tempos não podem voltar".

Senhor Presidente, V. Exa. mesma foi vítima destas coisas que aconteceram por ocasião da con-

tra-revolução que foi implantada aqui neste país, portanto precisamos que todos estejamos conscientes daquilo que devemos fazer. Quando me referi as bocas enganosas, quero dizer que é preciso que se faça auto-crítica em relação a tudo aquilo que está acontecendo.

Outro dia, aqui mesmo nesta Casa, ouvi muita promessa em relação à constituição de uma CPI. Mas, ela esfumou-se. Espero, Senhores Professores, que o mesmo não aconteça com este requerimento que está cheio de vigor neste momento porque a nossa obrigação é, neste momento mais do que em qualquer outro momento, sabermos na realidade aquilo que está acontecendo neste país.

Porque que os professores estão caminhando pelas estradas? Para chamar a atenção, para a necessidade do PCCS, para reivindicar os 29% que o DIEESE aponta só no atual governo como reposição salarial? Toda a sociedade, todos os governantes deveriam ter consciência de não submeter os professores a essas marchas, que são democraticamente muito valiosas, mas mostram aquilo que falei, a Nação está doente, uma Nação que não se curva diante dos professores, diante da cultura, diante do debate no fórum, que é a universidade, é uma Nação sem futuro. E precisamos de todos vocês para dizer mais uma vez, termos amanhã o sol batendo nas manhãs vindouras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Com a palavra o Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Participamos hoje de uma das sessões mais bonitas e mais emocionantes da Assembléia Legislativa do Paraná, e vocês professores e funcionários das escolas que chegam, após uma longa caminhada com as suas velas acesas, é que são os responsáveis por essa sessão tão bonita. E agradecemos a vocês por virem nesta manhã iluminar, quem sabe, os destinos desta Casa de Leis.

Estava em Ponta Grossa, e quero colocar talvez o meu discurso num tom pessoal quando os professores decidiram iniciar a caminhada, e tenho a minha prima, quase irmã porque se criou comigo, Ana Maria, que é dirigente da APP Sindicato de Ponta Grossa, começou essa caminhada, chegou até Curitiba gripada como me disse ontem, então isso me tocou profundamente, não só do ponto de vista político, mas do ponto de vista pessoal também.

É importante dizer a um governo que é mestre em trabalhar com símbolos, sem dúvida nenhuma. Todos temos que reconhecer que Jaime Lerner avançou e teve conquistas políticas porque soube muito bem usar os símbolos, a materialidade dos

símbolos, já dizia o filósofo francês, Gean Possat que a matéria fala quando ela é simbólica, ela exerce uma função sobre as pessoas. É importante dizer à Jaime Lerner que essas velas acesas, e essa caminhada tão dura, a baixo de chuva, a baixo de sol num frio de um inverno rigoroso, é um símbolo da mais extrema importância para o povo do Paraná e para todos nós.

No momento do avanço da cibernética, da eletrônica, do poder da mídia, de toda uma parafernália que aponta para o século XXI, os professores recorrem ao ato mais simples do ser humano, que é o ato de caminhar para lutar pelos seus direitos. É um parêntese na vida desses companheiros que ficaram sete dias andando, um momento de reflexão profunda, de fortalecimento, de companheirismo e de exemplo para todo o povo do nosso estado.

Mas, mais que isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, os professores ao iniciarem a sua caminhada deram as mãos a quem? Aos pobres, aos abandonados, aos excluídos, seguindo exemplo dos quase mil sem-terras que também fizeram o mesmo caminho de Ponta Grossa a Curitiba para lutar por seus direitos. Esse ato é simbólico e significativo ao caminhar como os sem-terras, os professores dão as mãos aos que nada têm e mostram que a sua luta, não é apenas uma luta pelos seus salários, por sua condição de trabalho; mas é uma luta universal, porque a luta da educação é a luta pela redenção desse país tão sofrido, tão esfoliado, tão dividido.

Por isso, queremos cumprimentar a todos vocês e em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que represento neste momento, quero dizer apenas uma estrofe de um soneto de um grande amigo que já morreu, que diz o seguinte: "Se eu te pudesse dar uma estrela e alado fosse como num mito, revolveria o pó do infinito, para te dar do céu a mais bela." Infelizmente, companheiros, não somos Ícaro para colher a estrela mais bela e dar aos professores e funcionários, que estão aqui nesse momento, mas damos a nossa total e irrestrita solidariedade, o compromisso de continuar aqui no nosso espaço legislativo a lutar pelo bem da educação no Estado do Paraná.

(**Aplausos**)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não vou falar nesse momento do governo Jaime Lerner, vou falar de nós, desse Poder Legislativo, que pode, se quiser, nesta manhã, a contar para o magistério paranaense, para funcionários estudantes, que nós também temos uma solidariedade com vocês e o nosso Poder tem autonomia e efetivamente poder quando quiser.

Quero fazer um pedido ao Deputado Anibal Khury e ao Líder do Governo nessa Casa. Ao PT nos foi dado pelos Deputados à presidência da Comissão de Educação, exercida por mim e pelo Depu-

tado Irineu Colombo. Temos nessa Casa dezenas, mais de dez projetos de lei a favor da educação. Infelizmente até agora nenhum foi votado. Queremos fazer um pedido à Mesa da Casa, ao Líder do Governo, para que esses projetos sejam votados - pelo menos alguns deles - para voltar ao bom entendimento e o bom caminho que essa Casa vai trilhar junto com vocês.

Vou dar alguns exemplos: no primeiro governo Lerner, num acordo que se criou, para um novo plano, de novos cargos dos professores - foi a única vitória que tiveram até agora, - houve um compromisso do Secretário Giovani Gionédís. Intemediei esse compromisso entre a APP e o governo do Estado com o Sr. Secretário, que os dirigentes sindicais seriam liberados. Esse compromisso até agora não foi cumprido. Existe uma lei do nosso partido nessa Assembléia que garante esse compromisso e libera os dirigentes sindicais, como símbolo do apoio à organização popular, para transformar o Paraná e o Brasil um dia.

Peço aos Srs. Deputados o compromisso de aprovarem esse projeto, porque é um compromisso que o próprio governo, através de seu secretário estabeleceu com a APP Sindicato.

Temos conseguido algumas liberações em função da posição de nosso Presidente, que acedeu e aceitou algumas solicitações nossas e alguns dirigentes foram liberados. Mas precisamos que isso seja lei e seja permanente e dirigentes da APP sejam liberados, para poder cumprir sua função, para que trabalhem a favor da educação no Paraná.

Ouvia atentamente o Deputado Nelson Justus. Temos um projeto de lei, que estabelece o número de até trinta faltas, por quinquênio, sem prejuízo para a licença prêmio e justificamos porquê. Ninguém quer que professor falte aula, muito menos o professor. Vivemos em um país, que às vezes para conseguir uma consulta médica, tem que ir dez vezes ao posto de saúde, sem conseguir e perde tempo. Viemos de um país e de um Estado, em que o professor e o funcionário não tem o vale-transporte, que a lei assegura. O funcionário não tem nem sequer a gratificação por difícil acesso, adicional noturno, que o professor especialista tem. Também temos uma lei nessa Casa, que ainda não foi votada a favor dos funcionários, com a gratificação de difícil acesso e adicional noturno.

Um país onde se ganha mal, onde o professor é obrigado a lecionar 50 horas de aula. Sou também professor, na Universidade de Ponta Grossa e sei o que é uma aula. Tenho problema na garganta, na minha voz, por ser professor. Obrigar pessoas a lecionarem 50 horas por semana, para viver com o mínimo de dignidade, sem ter tempo para se atualizar, para ler revistas e jornais e nem dinheiro para

comprar. Que tipo de país estamos promovendo? Que tipo de futuro estamos a promover desta forma?

Quando defendemos estas faltas fazemos com fundamentação, pelo tipo de sociedade que temos! Uma sociedade que obriga os professores a caminhar sete dias a se organizar, a lutar, permanentemente, para ter uma migalha, às vezes um pequeno aumento, não pode punir uma falta, uma licença prêmio, que é um direito do professor, que é um parênteses que ele faz na sua existência para se atualizar, para estudar, para poder dar melhores lições aos nossos filhos, para o povo do Paraná e do Brasil!

Acho, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que se garantirmos estas questões que levantei. Uma última, que peço e peço mesmo ao Presidente da Casa, aos Senhores Deputados governistas, ao Líder do Governo, não é possível, Sr. Presidente, não é possível, Srs. Deputados que nós, no limiar do século XXI, um Governo que se diz democrático, corte a consignação da prestação que os professor pagam para seu sindicato!

Acho que se sairmos, esta manhã, de Curitiba, com isso, sem dúvida nenhuma avançamos um pouco para continuar lutando por maiores vitórias, esta é a pauta mínima que temos que exigir! E claro que o Regime de Urgência para o plano de cargos e salários é fundamental, porque aí está a essência da questão e vamos lutar com o Governador, pelo compromisso, porque a Assembléia pode dar um projeto autorizativo apenas, vai competir ao Governador executar aquilo que a Assembléia autoriza. Precisamos, porque essa é a essência da questão que traz os professores aqui, na comemoração de um ano de luta, pelo plano de cargos e salários. É isso que peço, em meu nome, no nome da Bancada do PT, posso dizer das oposições, dos professores e funcionários que estão aqui, iluminando esta sessão, nesta manhã de hoje.

Por último, Senhor Presidente, vamos voltar a falar de símbolos. O Governador foi mestre em construir símbolos, sem dúvida nenhuma, recriou Curitiba. Curitiba foi recriada através de símbolos, é uma cidade com personalidade própria, coisas que tentamos fazer em Ponta Grossa, com dificuldade, mas existem símbolos fundamentais desse Estado que estão na decadência mais absoluta e na maior degradação!

Só em Ponta Grossa, o Instituto de Educação, que tem uma larga tradição, não consegue mais funcionar o anfiteatro e qualquer dia começa a cair o teto daquela escola, porque está abandonada! O Colégio Regente Feijó, o colégio mais tradicional da história de Ponta Grossa, todas as pessoas da minha geração passaram pelo Regente, um grande colégio de Ponta Grossa, os pais estão tirando os alunos, as crianças, de medo que aconteça uma tragédia,

porque desde o ano passado estamos cobrando, aqui na Assembléia, mas Deputado pode gritar, pedir, não tem caneta para assinar uma reforma! Ele pode pedir, é o que estamos fazendo, desde o ano passado, infelizmente ainda não aconteceu a reforma daquele prédio que é um símbolo de Ponta Grossa, dos Campos Gerais e do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Com a palavra o Deputado Caíto Quintana, último orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Devido ao adiantado da hora e ser o último orador aqui inscrito, no Pequeno Expediente, pelo menos, quero, por uma questão de justiça fazer este pronunciamento, em nome do PMDB, do Deputado Pessuti, do Deputado Waldyr, Annibelli, Nereu Moura, Bier, Strapasson, para dar um posicionamento, nesta Casa. Aqui circula um projeto nosso, de nossa Bancada, pedindo pura e simplesmente, sem muita conversa: "Fica revogado o PARANAEDUCAÇÃO.

Acredito, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, que a nossa discussão a respeito do plano de cargos e salários para professores e funcionários de escolas públicas passa, indiscutivelmente, pela revisão do PARANAEDUCAÇÃO. Porque o PARANAEDUCAÇÃO, queiramos ou não, façamos a colocação que quisermos ou não, o PARANAEDUCAÇÃO é o começo do fim da escola pública, do concurso para professores do Plano de Cargos e Salários, porque é a privatização de Ensino, é a gestão privada do recurso público.

Então no andamento dos trabalhos, da discussão a respeito dos vários projetos que se encontram na Casa, indispensável a pensarmos que este momento que vivemos tenha que ser refletido uma vez mais. Não é o caminho esse novo ente que a Constituição Federal houve por bem criar, de transferir para a iniciativa privada, para o público privado, aquilo que é em todos os momentos da história da humanidade, a única forma de se poder desenvolver criar civismo, nacionalidade, desenvolvimento, solidariedade é exatamente fazendo com que o cidadão de uma nação tenha o conhecimento pleno daquilo que pode fazer. Não podemos mais mascarar a educação, quero chamar a atenção aqui do Vereador Samek, a maior formatura feita no Brasil, no regime da Ditadura, a maior formatura feita no mundo foi feita no Brasil, exatamente numa escola de MOBIL. Para tentarmos nas estatísticas internacionais diminuirmos o número analfabeto, como se escrever o nome e ler a página de um jor-

nal, fosse suficiente para qualificar um cidadão como escolarizado ou como tendo conhecimento pleno de educação. Vamos avançar na educação. Tenho aqui, Senhor Presidente, o projeto que está sendo pedido para votar. Não é avanço, essa reunião no dia de hoje, Senhores Deputados e Senhores Professores é a manutenção do que se tem. Talvez essa reunião seja interessante, porque ela não está exigindo nada. Senhores Parlamentares, o básico desse projeto que está aqui, ele está pedindo concurso público para ingresso e ascensão de carreira na educação. E o que é que é concurso público, chamem com quiser, o PARANAEDUCAÇÃO para contratar, terá que lidar com a mesma massa humana, com a mesma capacidade com uma única diferença, não lhe dará estabilidade de carreira, lhe jogará para o CLT, demissível a qualquer instante, sem dar segurança no aperfeiçoamento do professor que vai ministrar a escola para o povo, para o estudante, para o filho do Paraná. Pede mais o que, Plano de Cargos e Salários. Professor e Presidente da APP, temos aqui cinco níveis. O que temos aqui hoje? Cinco níveis. O que isso aqui está pedindo é manutenção daquilo que se tinha, é manutenção daquilo que se tinha. Está pedindo no Artigo 21 o Regime Único para os trabalhadores da Educação. Está pedindo no Regime 2, o ingresso na carreira de professor, exclusivamente para concurso. Mas poderíamos estar preocupados, se os professores do Paraná tivessem aqui pedindo para ascensão em carreira ou para ingresso na profissão sem concurso, por indicação política. Não! o Professor quer testar a sua capacidade para poder ministrar o ensino. Se todos estamos de acordo, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, todas as manifestações feitas. Tenho aqui em mãos um requerimento assinado por 28 Parlamentares da Situação e da Oposição. Espero que não se faça com este requerimento, o que se fez com as assinaturas da CPI da SERCOMTEL, assinada num dia e retirada no outro.

Portanto, Senhores Parlamentares, para que os professores voltem para a casa com a certeza de que essa manhã foi frutífera, quero fazer uma sugestão Deputado Anibal Khury, Presidente da Assembléia Legislativa, 28 assinaturas é maioria para constituição e votação em Regime de Urgência. Vinte e oito Deputados dá maioria em qualquer plenário. Quero encaminhar à Vossa Excelência 28 assinaturas e solicitar desse espírito público que V. Exa. tem, enquanto ainda os professores estão aqui, V. Exa. declare hoje ainda um relator para essa matéria. E, estando em regime de urgência, com o relator designado hoje poderemos colocar em votação na terça-feira na CCJ em regime e votar ainda do primeiro semestre, antes do recesso dessa Assembléia, esse projeto de Plano de Cargos e Salários.

(Aplausos)

Essa seria, sem dúvida alguma, a maior, melhor e bem aproveitada Sessão Plenária dessa Casa, onde Deputados de Situação e de Oposição, em conjunto com uma categoria, vem mostrar ao Paraná que a unidade, sem radicalismo, é capaz de conseguir os avanços que queremos. Vamos aguardar o final dessa sessão. Tenho certeza que o espírito democrático do Deputado Anibal Khury há de nomear, no dia de hoje, um relator e proceder como sempre se procede na CCJ, sem vistas, votamos na terça-feira, colocamos na Ordem do Dia e antes do fim deste recesso o Paraná estará dando exemplo para o Brasil da votação do Plano de Cargos e Salários dos Professores.

(Aplausos)

Gostaria de pedir a intercessão do Deputado Valdir Rossoni que é Líder do Governo que encaminhasse também, já que é uma sessão que está tão unificada, à Secretária de Educação o pedido de abono de falta dos professores e funcionários que compareceram hoje aqui na Assembléia.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Peço ao Deputado Caíto Quintana que encaminhe o requerimento de urgência à Mesa. Vou submeter a votos, mas o Regimento Interno impede que designe um relator. O relator é o Presidente da CCJ que vai designar.

Votação ao requerimento. Estou violando o Regimento Interno. Senhores Deputados que aprovam o requerimento assinado por unanimidade por essa Casa, conservem-se como estão. **Aprovado.**

(Aplausos)

Concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti no Horário das Lideranças.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Professores e Professoras do Paraná, Trabalhadores da Educação.

Entendo que essa semana, seguindo já o que aconteceu em outras ocasiões, os Parlamentares dessa Casa sob o comando do Presidente Anibal Khury, têm demonstrado sensibilidade para com os problemas maiores do Estado do Paraná, que afetam os nossos trabalhadores e os nossos pequenos comerciantes.

Lembro-me da sessão memorável que tivemos aqui, Senhor Presidente, quando num movimento liderado pelos Deputados Edson Strapasson, Carlos Simões, Ângelo Vanhoni e outros Parlamentares, essas galerias estavam repletas com a presença dos hortifrutigranjeiros da Região Metropolitana de Curitiba, que se viam ameaçados pela imposição de um contrato leonino, proposto pelo Grupo SONAE

e que viabilizaria a atividade hortifrutigranjeiros, daqueles pequenos comerciantes e produtores.

A Assembléia Legislativa foi pronta, adotou providências e conquistou o resultado que era buscado por aqueles integrantes do movimento de hortifrutigranjeiros.

Foi assim, também, ontem quando nesta Casa, presentes estavam centenas de pequenos produtores rurais, integrantes do "Grito da Terra", "Agricultura Familiar", e naquele momento também, as reivindicações por eles apresentadas encontraram eco nesta Casa, de pronto aqui se assumiu compromisso, não só dos Parlamentares que ocuparam a tribuna, mas também, da V. Exa. Presidente Anibal Khury, de que o projeto que instituiu o FUNDAF; será analisado com o devido cuidado, com a devida urgência que carece.

E hoje, mais uma vez, se demonstra a sensibilidade desta Casa, o compromisso assumido da tribuna, por aqueles que aqui se manifestaram, o compromisso assumido pelo Líder do Governo Valdir Rossoni, e também por parte de V. Exa. quando de pronto submete a votação e é aprovado por unanimidade nesta Casa, o requerimento que dá condições para que o projeto que institui o PCCS, possa ser nesta Casa analisado numa condição especial, analisado portanto, em Regime de Urgência.

A Bancada do PMDB que tem orgulho de representar nesta Casa, pelo 5º ano, já que 91, 92 exerce a Liderança do PMDB nesta Casa, e também agora no ano 97, 98 e agora 99.

A Bancada do PMDB se soma a esta iniciativa a esta proposta da APP - Sindicato, dos professores, das professoras e dos trabalhadores em Educação com vista à implantação do PCCS. Por que faz isso? Porque este compromisso não é só da APP, não é só nosso, mas foi um compromisso assumido e não cumprido do Governo do Estado, que se elegeu em 1994, discursando e pretendo resolver os problemas que existiam na área da Educação. O Deputado Rossoni da tribuna dizia, que os sem-terra de hoje, não é da responsabilidade desse governo, porque foi a falta de apoio à agricultura em governos anteriores que propiciou a existência desses sem-terras. E foi esse mesmo discurso que o governo utilizou a 5 anos atrás, quando em sua primeira campanha dizia, que os professores, que os trabalhadores rurais, que os trabalhadores, que os sem-tetos, que os sem-terras, teriam a solução dos seus problemas pelo governo dele caso ele fosse eleito. Passaram-se já quatro anos e meio, e a solução não veio.

Mais do que culpar os governos anteriores, é obrigação de quem está no poder, cumprir as suas promessas de campanha, cumprir aquilo que prometeu na busca do voto.

Olha, Deputado Rossoni, que poderemos aqui travar um grande debate para conferirmos os dois

lados da balança: quem foi mais que investiu na agricultura do Paraná, em favor dos pequenos produtores. Se foi o atual governo com a "Vila Rural", ou se foi no governo anterior do Roberto Requião com o Programa "Bom Emprego" e "Panela Cheia". Se foi com o Programa das "Vilas Rurais", que está sendo cantado em verso e prosa, ou se foi o Programa da Eletrificação Rural de José Richa, Álvaro Dias e Roberto Requião, que levou energia elétrica a mais de 300 mil propriedades rurais. Se foram esses mil e poucos, dois mil km estradas adequados ou se foram os milhares e milhares de hectares de microbacias implantadas no Estado do Paraná.

Isto que V. Exa. traz, hoje, como argumento para tentar justificar a não responsabilidade pela presença dos sem-terras diante do Palácio Iguaçu na Praça de Nossa Senhora Salete, certamente não é o argumento mais definitivo e mais verdadeiro que poderia ser utilizado. O que deveremos utilizar aqui, neste momento, é de quem em cima desses problemas, em cima das dificuldades existentes no Paraná, que não negamos que existiam no nosso Governo. No Governo de Álvaro, de Richa e de Requião, que negamos que tínhamos problemas, mas foram em cima desses problemas que o Governo Jaime Lerner se elegeu e não pode, agora, este Governo, a título de não resolver aquilo que se comprometeu a resolver, querer jogar na responsabilidade dos governos anteriores. Quando alguém se elege, quando alguém assume um Governo, ele assume o ônus e o bonus. E, neste momento, atender as reivindicações dos trabalhadores em educação e os professores do Paraná, é, sim, um compromisso que o Governo assumiu e que o Governo não cumpriu.

Este Governo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, teve muita disposição para criar neste Paraná tão admirável que temos, diversos outros Paranas, criou a PARANACIDADE e PARANA-INVESTIMENTO, a PARANADESENVOLVIMENTO, criou a PARANAESPORTE, a PARANATURISMO, criou a PARANATECNOLOGIA, criou as malfadadas PARANAEDUCAÇÃO e PARANAPREVIDÊNCIA. Criou tantos Paranas por aí fora e não cuidou do Paraná que deveria cuidar. O Paraná que ao longo de 141 anos, desde o Góes de Vasconcelos até Mário Pereira, acumulava uma dívida de 1 bilhão e 400 milhões em 4 anos deste governo, de ir à Casa dos 10 bilhões de endividamento.

Esse Paranas todos que foram criados e não precisariam ser criados, foram responsáveis, também, por esta situação que o Paraná se encontra hoje. Um Paraná que privatiza a sua companhia de energia, um Paraná que privatiza a sua companhia de saneamento, um Paraná que privatiza as suas rodovias, privatiza setores do Porto, privatiza a sua

ferrovia quer agora, também, privatizar a sua previdência e privatizar a sua educação.

É contra essas coisas que o PMDB na Assembléia tem se mantido firme e forte na defesa dos princípios que sempre defendeu e, principalmente, um princípio maior que é a gratuidade do ensino. O ensino público desde o fundamental até o 3º Grau. O PMDB sempre defendeu isso, sempre defendeu a escola pública e continuará defendendo e lutando, como disse o Deputado Caíto Quintana, pela revogação da lei que criou a PARANAEDUCAÇÃO. Pela revogação, pela modificação deste PARANAPREVIDÊNCIA que está aí a ser questionado pela justiça.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, uma Questão de Ordem.

Tenho que me ausentar do Plenário, neste momento, mas fui procurado pela APP, Sindicato, para que conversássemos com a Secretária de Educação, para que não houvesse o desconto do dia de hoje e nem fosse anotado na ficha dos senhores professores a falta de hoje, dos professores nesta manifestação. Disse-me a Secretária de Educação que nem passava pela sua cabeça em fazer esse desconto.

(Palmas)

Então quero colocar aos senhores professores que já era uma decisão da Secretária, mas, reafirmamos aqui, a reivindicação da APP, Sindicato e o compromisso da Liderança do Governo sendo assumido publicamente.

Obrigado. Sr. Presidente, só mais um instante, ficou um compromisso do Presidente da APP, o Romeu que está aqui conosco, de nos entregar na segunda-feira a relação dos professores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

V. Exa. tem mais 2 minutos.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Concluo nesses 2 minutos, Sr. presidente, já de imediato agradecendo ao Deputado Rossoni e ao Governo Jaime Lerner por ter atendido ao pedido feito dessa tribuna, pelo Deputado Caíto, em nome de todos os Parlamentares, para que o desconto desse dia acontecesse na folha de salários dos servidores da educação do Estado do Paraná.

Agradeço e é mais uma demonstração da sensibilidade desta Assembléia às reivindicações.

Para finalizar, tenho certeza, Sr. Presidente, para que pudéssemos coroar de pleno êxito todo esse trabalho que a APP, Sindicato desenvolveu no decorrer desta semana, de semanas anteriores e no dia de hoje, buscando o compromisso desta casa em aprovar o plano de cargos, carreiras e salários, tendo já sido aprovado o seu regime de urgência e

sendo competência como bem disse V. Exa., do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça designar o relator, faço um apelo ao Deputado Basílio Zanusso, que está presente nesta sessão, que na condição de Presidente da Comissão de Justiça anuncie ainda hoje, antes do término desta sessão o relator do PCCS tão reivindicado pelos professores.

O SR. CAITO QUINTANA (Pela Ordem)

Senhor Presidente, gostaria de manifestar a satisfação do anunciado pelo Deputado Valdir Rossoni, quanto ao não desconto dos professores e funcionários presentes nesta manifestação.

Mas Deputado, como V. Exa. é Líder do Governo, tem que sujeitar-se às solicitações da Oposição.

Gostaria que V. Exa. fosse além. Não vejo, Deputado, razão da necessidade de encaminhamento da relação dos professores faltosos, até porque quem vai abonar, abona geral.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Não pedi ao Presidente da APP esta relação, foi uma sugestão do Presidente da APP e não uma sugestão desse Deputado. Acato a sua sugestão.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Parabenizo, Deputado Valdir Rossoni, o seu acatamento, a sua sugestão porque se vai ser abonado acho que não há necessidade do nome das pessoas.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Vejo que o Deputado Valdir Rossoni entendeu o espírito, exatamente da solicitação feita pelos Deputados, e digo, Deputado Valdir Rossoni que V. Exa. está correto em encaminhar o pedido amplo para a Secretária de Educação, por que o senhor aqui acho que está sendo sincero, mas a Secretária de Educação, estive ontem percorrendo 3 escolas do Município de Curitiba, ela mandou uma carta para os diretores ameaçando os professores e ameaçando os funcionários que se ausentassem das escolas.

Por isso, acho que o governo, acredito muito mais na sua palavra do que na palavra da Secretária da Educação. Por isso acho que o senhor está correto.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Quero dizer ao Deputado Vanhoni de que agradeço por ele acreditar na minha palavra, mas a palavra que está sendo dada aqui não é pela Secretária da Educação é pelo Governo Jaime Lerner.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Deputado Valdir Rossoni tem o aval da Presidência da Assembléia nesse caso.

Antes de passar a Ordem do Dia, quero agradecer a presença de todos os professores, que democraticamente respeitando a Assembléia, e os respeitamos, assistiram os debates nesta Casa.

Muito obrigado e voltem sempre que quiserem.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Ofício nº 249/99-G.P., subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que altera a Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998, que criou o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 250/99-G.P., subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre as Tabelas I, II, III, VII, IX e X do Regimento de Custas e Atos Judiciais, ficando conseqüentemente, prejudicada a tramitação do Projeto de Lei nº 460/98, que foi encaminhado pelo Ofício nº 655/98, em 18 de novembro de 1998, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 204/99, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que autoriza o Poder Executivo a criar, através da UNIOESTE, a extensão do Curso de Pedagogia, no Campus de Foz do Iguaçu. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 204/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar, através da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus de Cascavel, a extensão do Curso de Pedagogia no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotação própria da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, suplementadas se necessário.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.06.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

ANTONIO BARATTER - Relator

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 266/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública o Centro de Vida Independente de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Em votação a Emenda. **Aprovada.**

O projeto irá à Redação Final.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 074/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a criar o Curso de Direito na Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.C.E.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 197/99, de autoria do Deputados Cesar Seleme e Chico Noroeste, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em Regime de Comodato, à Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, o imóvel que especifica. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 019/99, de autoria do Deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a Fundação "Nosso Lar", com sede e foro na Cidade de Foz do Iguaçu. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 06, de 24.02.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 019/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Irineu Colombo visa declarar de Utilidade Pública a Fundação "Nosso Lar", com sede e foro em Foz do Iguaçu.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação. Entretanto, apresentamos emenda substitutiva geral, apenas para adequá-lo às normas legislativas.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 15.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
PROJETO DE LEI Nº 019/99

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação "Nosso Lar", com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 257/99, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que altera o Art. 1º da Lei nº 11.196, de 13 de novembro de 1995. (Utilidade Pública). PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 48, de 18.05.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 257/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Ricardo Chab, tem por objetivo alterar o Art. 1º da Lei nº 11.196, de 13 de novembro de 1995, que declarou de Utilidade Pública a "Casa Espiritualista Cristã Obreiros da Paz".

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza legal ou constitucional para a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, apresentamos nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 261/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Igreja Obra Missionária "Os

Atalaia Missionários da Última Hora”, com sede e foro no Município de São José. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 51, de 20.05.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 261/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Anibal Khury tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Igreja Obra Missionária “Os Atalaia Missionários da Última Hora”, com sede e foro em São José dos Pinhais.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação. Entretanto, apresentamos Emenda Corretiva para melhor adequá-lo às normas legislativas.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 15.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA CORRETIVA
PROJETO DE LEI Nº 261/99

O artigo 1º desta lei passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Igreja OMAMUH - Assembléia de Deus do Brasil - IADB, com sede e foro nesta Capital.”

Sala das Comissões, em 15.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 276/99, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública o Centro Educacional “João Paulo II”, no Município de Guarapuava. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 58, de 31.05.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 276/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro Educacional “João Paulo II”, no Município de Guarapuava.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda

por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 15.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA CORRETIVA
PROJETO DE LEI Nº 276/99

O artigo 1º desta lei, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Centro Educacional “João Paulo II”, com sede e foro no Município de Guarapuava.”

Sala das Comissões, em 08.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 310/99, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Paulo Frontin. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 61, de 07.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 310/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Neivo Beraldin, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Paulo Frontin.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 15.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1341, de autoria dos Srs. Deputados Duílio Genari, Valdir Rossoni, Antonio Carlos Baratter, Algaci Tulio e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Os requerimentos que se encontram sobre a mesa serão votados na sessão de segunda-feira, uma vez que o requerimento mais importante já foi aprovado, que é o de urgência de Plano de Cargos e Salários.

(É cantado o Hino Nacional)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 016, 203, 255 e 263/99;

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 019, 261, 276 e 310/99.

Levanta-se a sessão.

Atos da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 29/99

colocar, a disposição do Governo do Estado do Paraná, o servidor deste Poder Legislativo, ROMÁRIO CESAR FERRY, para prestar serviços junto ao Departamento da Polícia Civil, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 4766/99)

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.05.99.

PORTARIA Nº 30/99

conceder, licença para tratamento de saúde, da servidora deste Poder Legislativo, CENI FRITZ BREJENSKI, de cento e vinte (120) dias a partir de 06 de maio de 1999. (CID. 10: 0.82-0).

(Prot. nº 4654/99)

Gabinete da Diretoria Geral, em 15.06.99.

PORTARIA Nº 31/99

conceder, licença para tratamento de saúde, da servidora deste Poder Legislativo, SONIA REGINA DA SILVA RAMOS, de três (03) meses, a partir de 10 de junho de 1999. (CID. 123.1/9).

(Prot. nº 5546/99)

Gabinete da Diretoria Geral, em 18.06.99.

PORTARIA Nº 32/99

conceder, licença para tratamento de saúde, do servidor deste Poder Legislativo, ACIOLY BATISTA, de três (03) meses, a partir de 07 de junho de 1999. (CID. 571.4/2.)

(Prot. nº 5.547/99)

Gabinete da Diretoria Geral, em 18.06.99

PORTARIA Nº 33/99

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista o que consta do Edital de Concurso Público nº 01/99.

R E S O L V E :

constituir a Comissão de Concurso Público para o preenchimento de cinco (05) vagas de Taquígrafo, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sob a presidência do Diretor Geral, Doutor Abib Miguel e integrada por Severo Olimpio Sotto Maior, Cinthia Beatriz Fernandes, Luiz Molinari, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho, Maria Lilian Borchardt, Maria Elisa Rebello Gomes, Airton Cesar Santin e Diva Scaramella Ogibowski.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15.06.99.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral